

--- N.º 5/2015 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, para continuação da sessão de 27 de abril, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---**SEGUNDO**- Discussão e votação do Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2014, nos termos da respetiva proposta. (Grelha A) -----

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Revisão Orçamental, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de adjudicação ao Banco Santander Totta S.A., de um empréstimo no montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), por um período de 15 anos, com reembolso em prestações postecipadas de capital constante e juros ao saldo, e com taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias) acrescida de um spread de 1,24%, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 573-2” – União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim e União das Freguesias de Avidos e Lagoa. (Grelha E)-----

---**SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 571 (2.ª Fase) ” – União das Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures e Freguesia de Nine. (Grelha E) -----

---**SÉTIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada de “Beneficiação da E.M. 571-1 (1.ª Fase) ” – União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei. (Grelha E) -----

---**OITAVO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 573-1” Freguesia de Requião. (Grelha E)-----

---**NONO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1464/1464-1” Freguesia de Ribeirão. (Grelha E) ----

---**DÉCIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1490/1490-1” União das Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela e Freguesia de Vale S. Martinho. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1521” União das Freguesias de Ruivães e Novais e Freguesia de Landim. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para afetação do troço rodoviário municipal da VIM entre o quilómetro 0, junto à Estrada Regional 206, Avenida Dr. Mário Soares, freguesia de Joane, ao quilómetro 6.3, freguesia de Riba de Ave, quer na parte edificada quer na parte sobrance, integrando-o no domínio público rodoviário municipal, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de celebração de contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Ministério da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município de Vila Nova de Famalicão na área da educação e formação municipal, nos termos da respetiva proposta. (Grelha D) -----

---**DÉCIMO QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a concessão de exploração do Bar da Casa da Juventude, nos termos da proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual de atribuição de subsídio ao Grupo Desportivo de Joane, para construção de módulo de balneários, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização da proposta de retificação aos acordos de Execução de delegação de competências celebrados com as freguesias de Delães, Requião, Ribeirão, União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei e freguesia de Vilarinho das Cambas, nos termos da respetiva proposta e consequentemente pedido de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, de igual valor, para os anos de 2016 e 2017, considerando que o período de vigência do Acordo de Execução retificado coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, conforme estipulado no n.1 do artigo 134.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, salvo nova modificação do acordo de execução, conforme previsto na sua cláusula 9.ª, que implique alteração daqueles montantes. (Grelha E) -----

---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Hélder Joaquim Fernandes Pereira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----
---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA -----
---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----
---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA-----
---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA---**FALTOU**-----
---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----
---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---ANTÓNIO JOSÉ VIEIRA AMARAL -----
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS -----
---AVELINO FREITAS SILVA-----
---BRUNO SILVA CAMPOS -----
---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----
---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO R. FARIA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CÉLIA CRISTINA MAIA MENESES CASTRO-----
---DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU-----
---DIOGO ANDRÉ COSTA OLIVEIRA -----
---DOMINGOS SOUSA COSTA -----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
---JOAQUIM ALMEIDA SANTOS SILVA-----
---JOAQUIM CARVALHO GRANJA SILVA -----
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES -----

---JOSÉ CARLOS REIS CAMPOS-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LURDES OLIVEIRA FERNANDES---**FALTOU** -----
---MANUEL AZEVEDO SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM DUARTE SANTOS---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
---MANUEL MARTINS COSTA -----
---MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
---MIGUEL OLIVEIRA COSTA -----
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PAULO JORGE LOPES COELHO -----
---PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
---RAQUEL ALMEIDA PINTO -----
---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS-----
---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ -----
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----
---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----
---VITOR TORRES PEREIRA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)**

– Deu início à ordem de trabalhos. -----

---**SEGUNDO PONTO** – Discussão e votação do Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2014, nos termos da respetiva proposta. -----

---**RITA LIMA (CDS/PP)** – Em tempos de apresentação de contas, é importante que se saiba olhar para os números e indicadores que nos dão a conhecer a situação do Município, e nomeadamente, a sua saúde financeira. A execução de um Orçamento é sempre um desafio e concretizá-lo em 90% é antes de mais, o resultado de um bom planeamento, e também de uma gestão eficiente, criteriosa, realista e responsável. A redução do endividamento em mais de 20% nos últimos quatro anos, traduziu-se em menos despesas com juros e amortização da dívida, permitindo canalizar recursos significativos para outras atividades. A capacidade do Município para fazer face aos seus compromissos, medida pelo grau da autonomia financeira situa-se agora nos 72% e é fundamental para o sucesso da obtenção de empréstimos a juros cada vez mais baixos. São indicadores muito positivos que reforçam a sustentabilidade do Município, e que é essencial para um novo ciclo de investimentos que se iniciará com o Portugal 2020. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Fez a leitura de documento escrito que é do seguinte teor: -----

--- “Por questões de gosto e ao jeito do Cristo pessoano, nada sei de finanças, tenho até, diria, aversão a orçamentos, relatórios de gestão, prestações de contas e outros que tais, mas os meus gostos, para aqui nada interessam. Relevante e o que tenho como certo, é que a administração da coisa pública deve fundar-se em contas transparentes e com resultados insofismáveis. -----

Em termos genéricos e básicos, resulta deste relatório de gestão que a receita, designadamente o aumento verificado no ano aqui em causa, é significativamente suportado pelos impostos pagos pelos famalicenses - também serão, ou deveriam ser eles, os destinatários dos bens e serviços que tais proventos permitem. -----

Se quanto à derrama, não choramos lágrimas de crocodilo, já quanto a outras proveniências dessa receita, nomeadamente IMI, IRS, taxas e cobranças de serviços prestados pela autarquia, verificamos que, tal como no país, os desígnios da coligação que nos governa localmente apontam para o consagrar dos números acima de tudo, isto é, mesmo acima das pessoas. E com isto não se pretende desvalorizar a importância de exercícios equilibrados, de rigor nas contas, de pagamentos atempados, de ter mão férrea no endividamento. Não, pretende-se é chamar a atenção para o facto de que alguma folga, passe a expressão, poderia ter sido dada às populações, quanto às taxas de IMI e IRS, ou quanto a preços de águas e recolhas de resíduos, por exemplo. -----

Sabemos que, casuisticamente, o município atende às situações mais desesperadas, mas nos dias que correm gritantes são também as situações de muitas pessoas que até tem trabalho, mas que viram os seus salários diminuir, diríamos até que aflitivas se tornaram as vidas daqueles que foram tidos como classe média e hoje estão a fazer contas e mais contas para pagar a prestação do IMI, a qual termina já amanhã. -----

E estas, (as ditas lágrimas) que podemos aqui verter, não são de crocodilo, por vezes serão até de raiva, por ver estas oleadas máquinas extrativas dos rendimentos do trabalho, que se confundem, nos momentos mais desesperados, com toda a dimensão da coisa pública, fazendo-nos esquecer que existem hospitais ainda públicos, escolas ainda públicas, estradas ainda públicas ou bibliotecas que se não forem públicas provavelmente desaparecerão e tantas e importantes outras valências. E é para prestar bens e serviços públicos, os quais existem para servir as comunidades, que se arrecadam impostos. -----

Mas ao folhear o presente relatório, não deixamos de ser assaltados por essa inquietação de - entre estudos, projetos, relatórios, documentos e toneladas de papéis mais ou menos propagandísticos - encontrarmos uma máquina que, mais do que servir a comunidade, se serve a si e aos seus servidores autossatisfeitos com os seus umbilicais brilharetes. -----

Realmente, como muito gosta de nos lembrar o Senhor Presidente, nós - e aqui nos incluímos nos autarcas, mesmo que numa dimensão que poderia apelidar de diletante - nós só fazemos sentido se servirmos as pessoas, e também faz sentido o betão, ou o alcatrão - como veremos daqui a pouco, no ponto 5º desta nossa ordem de trabalhos - e faz sentido este investimento, por muito válidas que sejam as políticas sociais emancipatórias. Como, por exemplo, cobrir globalmente o concelho com redes de água ou a ainda mais deficitária rede de saneamento - quando olhamos para o mapa concelhio da rede de saneamento, através do portal geográfico, e vemos o vazio existente numa freguesia central do concelho como Requião, ficamos preocupados com as prioridades e o destino dos recursos de que dispomos. Isto também são pessoas, nas suas mais elementares necessidades, atentas questões de saúde pública e bem-estar ambiental. Aqui achamos que o município deveria fazer mais. Ficamo-nos por este ponto, que consideramos urgente, mas sugestões ficam ainda quanto à boa administração dos recursos humanos, aos gastos em propaganda, ao ir ao essencial, derrogando quaisquer interesses privados que conflituem com o superior interesse público. -----

Considerações também merece a política habitacional desta autarquia, pois o direito de todo e qualquer residente deste concelho a uma habitação digna deveria ser erigido como valor nuclear deste órgão executivo, por isso entendemos que uma aposta na expansão do parque habitacional do município seria outro sector merecedor de investimento.-----

Igualmente deveria ver o investimento reforçado, as questões da mobilidade, sejam da pedonal, da

ciclável, ou das questões relativamente à rede de transportes públicos como uma válida alternativa ao transporte privado e individual.-----

Não me alongarei mais naquilo que nos falta fazer num curto prazo, mas espero que os luxuosos planos estratégicos com que este executivo tentou descortinar horizontes não o impeçam de ver as carências imediatas dos famalicenses”.-----

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – O Grupo Municipal do CDS/PP de Vila Nova de Famalicão, pronunciase de forma inequivocamente positiva sobre o *Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas* relativos ao exercício de 2014. Fazemo-lo porque mais uma vez, evidencia uma gestão responsável e preponderada dos destinos do Concelho, conduzida pelo pragmatismo e lucidez de quem tem presente que, o enquadramento conjuntural não permite meios de populismo e responsável cedência a caprichos demagógicos e facilitistas. Os famalicenses veem no dia-a-dia os resultados sólidos de anos de governação municipal em prol do progresso e qualidade de vida do Concelho. Sabem que este patamar de estabilidade em que confortavelmente nos encontramos, não foi construído dançando ao sabor do mediatismo eleitoralista. Foi construído com base num projeto ambicioso mas realista, uma leitura conseguida pela consulta atenta das reais necessidades do território concelhio e das suas gentes. Por isso, a responsabilidade é enorme, honrosa mas enorme. E quando verificamos que Vila Nova de Famalicão, se encontra entre os Municípios Portugueses com maior estabilidade financeira, com uma diminuição significativa das dívidas a terceiros de 43 milhões de euros em 2011 para 33 milhões de euros em 2014, com uma consolidação robusta do rácio de autonomia financeira e tudo isto num contexto conjuntural difícil. Sabemos que nos encontramos no bom caminho e por isso, aprovaremos sem reservas este Relatório de Gestão de 2014. -----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Fez a leitura de documento escrito que é do seguinte teor:-----

---“Senhor Presidente, em jeito de questão prévia. A *Psico* é, desde longa data, uma arma para a conquista das populações. Sabem-no os militares, nomeadamente os que enfrentaram uma guerra de guerrilha. Também os das guerras convencionais, desde a antiguidade, procurando criar no inimigo a convicção de uma superioridade inexistente, mas que o desmobilizava.-----

Trata-se de uma forma de, mais do que ajudar, “*adoçar o bico*” a quem tem carências de tudo, muitas vezes através de ninharias que parecem muito. Esta ação visa gastar pouco, mas colher muitos frutos. Incautos e carentes os beneficiários só muito mais tarde dão pelo logro. Há por aí muito boa gente que sabe da “*poda*”... -----

---Senhor Presidente, analisamos, hoje, o relatório de um exercício da exclusiva responsabilidade desta maioria municipal: Planeou, orçamentou e executou. E, “numa visão de futuro”, segundo o que escreve, diz-nos que a parceria entre o Estado Português e a Comissão Europeia enquadra as políticas, os investimentos e as prioridades fundamentais ao desenvolvimento do país. -----

Acrescenta que usou de grande empenho para tornar o concelho mais próspero, sustentável, inclusivo, inovador, competitivo e solidário, alicerçado em valores de responsabilidade, proximidade, e gestão sensata dos recursos, para criar emprego e riqueza, com vista à obtenção efetiva dos direitos sociais de cidadania e superação das dificuldades dos famalicenses que se encontram numa situação vulnerável.-----

Conclui que visa firmar Vila Nova de Famalicão numa sociedade em que todos tenham ocasiões equitativas de melhorar a condição de vida, até porque podemos olhar com mais confiança para o futuro.-----

---Senhor Presidente, é evidente uma “colagem” da maioria ao paradigma do governo. Percebe-se, aqui, um apelo do executivo à bondade das atuais políticas nacionais, restritivas e de austeridade desenfreada – do tipo, custe o que custar –, “compensando-as”, superficialmente, com a sua ação governativa local, nomeadamente de cariz propagandístico, como se tudo estivesse bem nos famalicenses em geral e nas suas famílias em particular. -----

Todavia, minhas Senhoras e meus Senhores, esta imagem virtual é desmentida, diariamente, pela mais cruel realidade que a comunicação social nos leva portas adentro. Infelizmente, o nosso concelho não foge à regra.-----

---Senhor Presidente, nas atuais condições impunha-se que os executivos municipais, também vítimas da fúria restritiva e castradora do poder central, fizessem, antes de mais, ouvir a sua voz contra este estado das coisas. Porque o elevado desemprego, a baixa qualificação de cerca de metade dos trabalhadores e os cortes nos rendimentos dos pensionistas e dos funcionários públicos são a grande causa da instabilidade social e da pobreza das famílias e dos cidadãos. -----

Não vale a pena enganarmo-nos ignorando esta questão. Os apelos contra ela vêm de todo o lado, como a LOC/MTC, o Arcebispo de Braga ou a União Europeia, no seu plano de Política de Coesão 2014-2020. -----

Nesta perspetiva, a que, certamente, não escapa o nosso município, impunha-se, senhor Presidente da Câmara, que a sua voz autorizada se fizesse ouvir ao lado da dos famalicenses desfavorecidos.

Não é, porém, isso que tem acontecido, já que não temos relato de tal, a não ser que tenha acontecido muito recentemente, mas no âmbito restrito partidário. -----

Aliás, enquanto os famalicenses desfavorecidos sentem na pele as agruras da sanha com que o governo impõe feroz austeridade aos pobres e remediados, podemos constatar que o executivo gastou um ano a (nas suas palavras) dinamizar a articulação com parceiros públicos e privados para garantir políticas de proximidade; mas, a cada passo, a propaganda vinha ao de cima.-----

Foi assim que o Conselho Local de Ação Social, considerado pela Câmara, órgão paradigma para a coordenação das várias entidades da área, apenas produziu, em 3 reuniões durante 2014, dois

relatórios sobre 2013, o Plano de Desenvolvimento Social 2015/2020, a adesão de novas instituições, aprovou o Diagnóstico Social e o Plano de Ação da Rede Social 2015/2016.-----

Como podemos constatar, sobretudo pelos relatos do Relatório de Gestão, há muita burocracia, no seu sentido mais negativo, muita parra e pouca uva; uma forma de patrocinar algum associativismo e de os funcionários prepararem assuntos para levar à Gestão para aprovar e divulgar em sessões de marketing político.-----

---Senhor Presidente, assim cabe-nos, pois, por um lado, das ações relatadas, questionar a Câmara:

- Quantos empregos resultaram da formação modular de Técnicas de Procura Ativa; das sessões nas CSIF's (comissões sociais interfreguesias); da capacitação de desempregados de longa duração; da dinamização da Oficina Projeto; das medidas ativas de emprego, dirigidas a 100 entidades; das ações de capacitação dirigidas aos jovens estudantes do ensino secundário; da capacitação para o empreendedorismo dos jovens; da oferta formativa dos jovens na Quinzena da Educação? -----

- Quantas intervenções familiares e parentais preveniram pobreza infantil em resultado das duas conferências intergeracionais; da elaboração de Kits de educação parental; da informação e sensibilização de economia e gestão doméstica dirigidas a beneficiários do RSI; do acolhimento de crianças em atividades culturais, lúdicas e desportivas? -----

- Em que medida contribuiu para o desenvolvimento social o levantamento da informação a decorrer pelas CSIF's (comissões sociais interfreguesias), no âmbito do Guia dos recursos lúdico-recreativos para crianças e jovens; e a formação para dirigentes associativos?-----

Por outro lado, devemos questioná-lo, diretamente senhor Presidente da Câmara, se considera uma ocasião equitativa de melhorar a sua condição de vida, o momento em que uma criança em idade escolar, desfavorecida, recebe os manuais escolares gratuitos ao lado de outra sem essa carência?

---Senhor Presidente, senhores Deputados, há pouco tempo a Câmara fez divulgar uma informação segundo a qual, no ano passado, no âmbito do programa “Casa Feliz”, ajudou 50 famílias a pagar as rendas das habitações. É um facto positivo, sem dúvida. Sabe dizer-nos quantas já se tornaram insolventes e quantas ficaram de fora do apoio? -----

---Outra notícia dá-nos conta do investimento de 160.000€/ano na inclusão social, destinados a um universo de cerca de 2000 pessoas, essencialmente crianças e jovens. Positivo, também, mas colocam-se outras questões. Em 2014 não havia carência nestes grupos? Dada a diversidade dos objetivos, não se trata de uma duplicação de ações? E, por fim, trata-se de uma ocasião equitativa de estes 2 milhares/dia de pessoas desfavorecidas melhorarem a sua condição de vida em comparação com os 190. 000€ destinados a cada sintético destinado a um número diário de pessoas infinitamente menor? -----

Nos últimos dias fomos “surpreendidos” com a notícia aterradora dos dados de um relatório da

Cáritas Europa, daquelas que desmontam todas as cabalas do sucesso das políticas governamentais: dois milhões oitocentos e setenta e nove mil portugueses estão em risco de pobreza ou exclusão social, sendo o grupo mais numeroso o das crianças e jovens! -----

Não me parece que haja dúvidas quanto à idoneidade da instituição internacional ligada à Igreja. Apesar de os dados dizerem respeito a 2013 há mais um elemento seriamente preocupante: o número aumentou 212 mil face a 2012! Podem dizer que têm elementos que levam a supor que não aumentou proporcionalmente em 2014, mas tudo o que não seja descida drástica sucessiva é uma desgraça! -----

Num universo de 28 países, Portugal foi aquele onde a ameaça de exclusão social mais subiu, ao contrário da União Europeia onde se verificou uma descida, ainda que ligeira. Mas o mais grave é que a maior percentagem de crescimento se verifica precisamente no grupo etário abaixo dos 18 anos.-----

---Senhor Presidente, senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, ninguém que diga andar na política por gosto, para praticar a justiça e a equidade, para desempenhar as suas funções com honra e honestidade pode ficar indiferente a esta situação dramática. -----

Bem sei que o executivo apoiado e sustentado por esta maioria PSD/CDS dirá: isto é um caso nacional, não nos diz respeito. -----

Mas, pergunto eu: não lhes merece a mínima censura? Não é uma prova concludente do falhanço das políticas que vossas excelências defendem? -----

---Senhor Presidente da Câmara, quero colocar-lhe uma última questão, e é a este respeito: -----

- Está Vossa Excelência em condições de garantir aos famalicenses e a esta Assembleia Municipal que esta dramática situação não diz respeito a nenhum cidadão – criança, adolescente, jovem ou idoso –, famalicense, ainda que apenas nos cerca de 0.3% daqueles números proporcionais ao nosso concelho?-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – A CDU, relativamente a este Relatório de Gerência, já o afirmou relativamente ao qual, achamos que o mesmo a nosso ver, não tem o rigor que se impunha e relativamente a um conjunto de receitas que foram arrecadadas em sede de IMI, IUC e IMT, achamos que nestas rubricas havia, de facto, uma obrigação de relativamente às mesmas ter havido um investimento mais apostado no ano transato. E esse mesmo investimento é tanto mais importante na medida em que a previsão destas receitas e aliás no que diz respeito agora à sua arrecadação, confirmam que é um montante bastante significativo e achamos que estas somadas às receitas de capital e às receitas correntes, a nosso ver e lamentavelmente, achamos que de facto, o investimento efetuado deixa muito a desejar. Por outro lado, a própria execução do Plano Plurianual, de facto, o seu próprio rigor cai por terra, dado que, se prometeu e não se cumpriu. O montante que estava

previsto, orçado portanto, era na casa dos 16 milhões de euros e apenas ficamos pela execução de cerca de 11 milhões de euros ou seja, na ordem dos 70%. Daí que, a nosso ver, e em resumo sempre diremos que o rigor tão propalado por este Executivo, cai por terra e nesta medida, principalmente porque achamos também que nisto tem de haver muita seriedade quando se fazem as contas, também neste contexto pensamos que não faz qualquer sentido, como já o fomos dizendo, votarmos a favor deste Relatório. -----

---**JOÃO ARAÚJO (PSD)** – De facto, ao ouvir aqui o senhor Deputado do Bloco de Esquerda, dizer que não percebe nada de números, de facto corresponde à verdade. O senhor não percebe nada de números, senão vejamos, para vocês o dinheiro e citando a *Margaret Thatcher*- “o Socialismo existe até acabar o dinheiro dos outros”.-----

Eu diria que o Bloco de Esquerda só existe, para tentar dar cabo do dinheiro dos outros! Isto porquê, porque no seu entendimento, devíamos doar todo o dinheiro de fonte de impostos, com uma distribuição sem métodos, sem rigor e sem critérios. Mas de facto, a minha admiração desta noite, é com a bancada do Partido Socialista, nomeadamente com o senhor Deputado, Domingos Peixoto. De facto, há aqui razões para nós cada vez mais questionarmos qual é o rumo deste Partido Socialista! Se na sessão passada, assistimos aqui a critérios de defesa sobre despesa de investimento e despesa de capital, em que houve aqui Deputados do Partido Socialista que se contradisseram uns aos outros, e não é que hoje a maior surpresa é que não sei onde é que está, ou onde vive este Deputado do Partido Socialista! Se calhar certamente não é no nosso Concelho, se calhar esqueceu-se das promessas pelas quais o senhor deu a cara à pouco mais de onze meses! Não é que é verdade, que o senhor Custódio Oliveira, prometeu manuais escolares até ao 12º ano! Surpresa nossa hoje, vêm criticar porque nós oferecemos manuais escolares até ao 9º ano e distinguindo alunos que recebem daqueles que não recebem. Cada vez mais não percebemos esta direção populista do Partido Socialista. Eu sei que as eleições estão a chegar, mas mesmo aí vocês vão perde-las, porque vocês cada vez mais mostram que estão longe das pessoas, não sabem ouvir as pessoas. Vocês lembram-se como é que estávamos em 2009, esqueceram-se, não se lembram de um momento para o outro. Esqueceram-se daquilo que vocês foram, os pais desta falência do país, os senhores são os pais da falência e portanto, não assumiram essa responsabilidade e mesmo hoje não assumem a responsabilidade pelo passado, e quem tem essa responsabilidade do passado não merece o futuro. E esse futuro com o PSD e com a coligação do CDS está a enfrentá-la, passo a passo, é difícil mas passo a passo, tal como no nosso Concelho, passo a passo. -----

-O senhor diz que nós não temos movimentos associativos? Que não damos apoio na área social aos movimentos associativos, mas por que carga de água! Então como é que temos mais de quinhentas associações no Concelho! Certamente caíram do céu! Certamente foram fomentadas e exercitadas

com o apoio da Câmara Municipal! Certamente estas associações já ouviram o senhor Deputado, e dizem que não conhece certamente o Concelho onde vive! E de facto, não. Lamento dizê-lo, mas o senhor não conhece! As barbaridades e os disparates que trouxe a esta Assembleia esta noite, lamento dizê-lo, mas foram barbaridades e disparates uns em cima dos outros.-----

-Na área social, somos um exemplo. Quando o senhor diz que este Município não tem execução, não faz nada. Tem uma execução de 90% do seu Orçamento! Há um ano atrás vocês defendiam aqui muitas ideias, diferentes ideias que apresentaram um ano antes. O Deputado e líder Socialista, Fernando Moniz, há um ano atrás, apresentou cinco propostas para o Concelho, totalmente diferentes das propostas do seu candidato à Câmara Municipal. Este revés, o ziguezaguear do Partido Socialista, mostra-se cada vez mais um Partido do ziguezague, anda consoante o vento, mas é assim que vocês vão perder as próximas eleições. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu, depois de ouvir o senhor Deputado, Domingos Peixoto, confesso que fiquei surpreendido com as suas declarações senhor Deputado, tenho-o como um homem bem informado e com conhecimento de causa. E hoje, das duas uma, ou o senhor não está a falar de Famalicão, ou não conhece a situação de Famalicão! Eu prefiro pensar que o senhor não está a falar de Famalicão, porque felizmente em Famalicão existe uma resposta social, que não é resposta da Câmara senhor Deputado! É uma resposta dos agentes que estão no território, que se organizam numa rede que é dirigida por um Conselho Local de Ação Social, onde as Comissões Sociais Interfreguesias são células ativas e atuantes. E a resposta que está no terreno senhor Deputado, que o senhor disse aqui hoje, não ofende a Câmara, ofende todo o setor social em Famalicão. O senhor referiu-se de uma forma pejorativa, negativa, desconsiderou todo o setor social de Famalicão, onde estão:- A Misericórdia, IPSS,s, Conferência Vicentina e muitas outras Instituições que têm um desempenho de excelência em Famalicão. A Câmara é um parceiro delas, senhor Deputado! A Câmara não é o autor das políticas sociais, a Câmara colabora, coordena, envolve-se, participa, é diligente, é proactiva e está com elas. O senhor teve uma atitude de desconsideração perante todas as Instituições, fez tábua rasa a tudo o que se faz em Famalicão, de tudo o que se tem feito. Quem ouvia o senhor Deputado há pouco, parecia que estava a falar de um concelho que nem de Portugal seria. Eu nem me atrevo a procurar situar no nosso Universo o local a que o senhor Deputado se referia! Oh! Senhor Deputado, um concelho em que 10% dos meios financeiros são e muito bem consumidos em atividades sociais, não merece o rótulo que o senhor nos quis trazer. Eu não fico aqui preocupado com o que o senhor disse porque não corresponde à verdade, mas se fosse verdade eu estava muito preocupado. Respondendo à sua pergunta, se o que o senhor disse fosse verdade, eu estava muito preocupado e está a chegar à altura de passarmos da conversa aos atos. Os senhores Deputados do Partido Socialista, têm trazido aqui uma fotografia de

uma realidade que não existe em Famalicão e ainda bem, que eu não quero que exista, nem me atrevo a pensar o que é que o PS deseja que existisse, mas eu não quero que exista e felizmente a esmagadora maioria dos famalicenseiros têm dado contributos para que isto não aconteça. Olhe senhor Deputado, desde a Associação Dar As Mãos, a Associação Tudo Pela Vida, a muitas outras Instituições que têm feito um trabalho notável em Famalicão. E o Partido Socialista, infelizmente, desconsidera todo esse trabalho feito por todos em Famalicão.-----

-Senhor Deputado, eu não vou pronunciar-me sobre a sua atitude em relação aos manuais escolares, o senhor tem uma posição divergente da sua bancada e dos Vereadores na Câmara Municipal, o senhor é livre de ter essa posição. Mas quero dizer-lhe, as crianças na escola que beneficiam desse apoio não se sentem mal. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Fomos ainda agora mesmo e já na reunião de segunda-feira, com muito exercício de demagogia, um extenso exercício de demagogia, mas como diz o povo “*as palavras leva-as o vento*”, ao contrário dos números que são como o algodão não enganam. E hoje estamos aqui a falar exatamente disso, dos números. Eu sei que o senhor Presidente nem gosta muito dos números, do Excel, como já tem vindo a referir, mas este ponto e vamos centrar-nos naquilo que é essencial, estamos a analisar o Relatório de Contas, os números.-----

-Podemos analisar quanto é que Vossa Excelência cobrou aos famalicenseiros e como é que gastou esse contributo dos famalicenseiros.-----

-Como é que geriu o dinheiro que os famalicenseiros, muitas vezes com extremas dificuldades, lhe entregaram.-----

- E se é verdade que os famalicenseiros contribuíram com muito, aliás, todos nós o sentimos na carteira, o retorno ao contrário das palavras, da demagogia do que é dito, esse é que foi extremamente reduzido.-----

Não quero maçar Vossa Excelência com muitos números, mas entendo que, existem alguns que têm que ser referidos para podermos contextualizar da verdadeira inação da Câmara Municipal em muitos aspetos.-----

-Exemplificando:- Quando falamos de receitas correntes, que superaram os 64 milhões de euros, são só mais 17% relativamente a 2013. Elas são por exemplo, o dobro do que foram em 2001, foram 32 milhões de euros, simplesmente o dobro. -----

-Quando falamos em impostos diretos, que foram superiores a 26 milhões de euros, eles representam uma subida de 9 milhões de euros relativamente a 2013. E são por exemplo, 44% superiores ao que tinha sido em 2010, sempre a subir, subir, já não é só o balão que sobe, sobe. -----

-E quanto é que pagam os famalicenseiros afinal? Em 2014 pagaram mais de 42 milhões de euros. Em 2001 por exemplo, pagaram 20 milhões de euros. Eu repito, em 2014 pagaram mais de 42 milhões

de euros, em 2001 pagaram 20 milhões de euros, mais do dobro. -----

E se os famalicenses nestes anos, mais do que duplicaram o seu contributo direto para esta Câmara, esperavam certamente um retorno adequado. E o retorno adequado para esta Câmara foi o de um investimento inferior a 12 milhões de euros. Ou seja, recapitulando, em 2014 os famalicenses deram mais de 42 milhões de euros a esta Câmara que investiu apenas 28% desse valor. Para termos uma ideia comparativa, diga-se que em 2001, os famalicenses pagaram 20 milhões de euros mas a Câmara nesse ano investiu 87,5% desse valor, cerca de 17,5 milhões de euros. -----

Diga-se aliás, se há rubrica que tem vindo a descer com esta Câmara é o investimento, em contraponto com o pagamento dos famalicenses que é sempre a subir, a subir. Nunca o investimento foi tão baixo com esta coligação. Já sei que vão dizer que o investimento é inadequado. Mas será que o investimento no saneamento é inadequado? Será que ter água em casa é inadequado? Será que ter uma rede viária digna é inadequado? Será que ter escolas dignas é inadequado? Não, não é, senhor Presidente. Tudo isto é melhoria das condições de vida dos famalicenses e tudo isto é investimento senhor Presidente, como aliás Vossa Excelência bem sabe.-----

-Para terminar, somente uma nota aos relativamente 7 milhões de euros que a coligação, que a maioria referiu na última Assembleia, que gastou em Ação Social, em Educação e em Cabazes de Natal. Diga-se de passagem, que os 7 milhões de euros, são pouco mais do que a verba que esta maioria vai colocar na mão de privados através da negociata da Devesa. Ou seja, por um lado gabam-se de gastar 7 milhões de euros num ano a ajudar a população e logo a seguir anuncia-se que cada famalicense vai ter que contribuir com 45 euros. Senhor Presidente, 6 milhões de euros dá para comprar muitos cabazes.-----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Senhor Deputado, João Pedro, nem por ser da minha terra, conhece-me muito bem, sabe muito bem o que fazemos e além disso somos amigos. Quem falou que era uma equidade resolver os problemas de Famalicão, foi o Relatório da Câmara. O Relatório é que diz que há que resolver os problemas sociais com equidade. Eu só fiz uma pergunta muito simples, é, e responda-me a mim, é com equidade as crianças que não precisam de livros receberem livros e as que precisam receberem também para resolver os problemas sociais que o Concelho tem. É equidade ou não é? Não estou a falar se é igual para todos, estou-lhe a perguntar se é equidade?-----

-Sobre a questão que levantou de que eu não conheço o Associativismo. Eu sei que há o Associativismo, e eu confirmei que há o Associativismo. Eu sou um membro de várias Associações, concelhias e nacionais, e o senhor sabe que eu sou. E sabe que eu conheço. E sabe que eu participo e que participei durante muitos anos, mas que nunca partidariei nem deixei que me partidariassem. No tempo em que o PS era maioria na Câmara, eu fiz muito trabalho com as crianças da sua terra e minha, com o povo da minha terra e sua, com os pobres sobretudo e o senhor nunca fez. E uma

grande parte das Associações de hoje, não fazem ao nível que nós fazíamos, nunca fiz em nome do Partido Socialista e muito menos com o Partido Socialista, fi-lo sempre com total independência. Agora parece que ficou aborrecido por eu ter dito que há uma forma de justificar alguns subsídios, foi a única coisa que eu disse, que aliás, o senhor Presidente da Câmara pode eventualmente ter tocado o Associativismo, alguns, nem de perto nem de longe referi a maioria. É evidente que eu acredito no Associativismo e o senhor sabe, já estive em duas reuniões no Louro e eu estive consigo, sabe que eu tenho muita consideração por si e sabe nesse âmbito sobretudo, eu sou solidário, não há dúvida nenhuma quanto a isso. Agora, eu não posso é achar que um Relatório, que aliás, *nem de fio a pavo* senhor Presidente, *de fio a pavo*, porque senão também não escrevia e tirei uma boa parte do que eu disse que são transcrições absolutas, e o senhor Presidente fez o favor de ignorar tudo isso o que eu disse, para dizer que eu estava num concelho não sei onde e num país não sei onde. Apenas para lhe justificar que eu estou em Famalicão e que estou em Portugal, o Diário do Minho de 4 de fevereiro de 2014 diz assim:- “LOC/MTC lamenta”. Poderá dizer-me que isto também tem um contributo para os cristãos, também é,- “LOC/MTC lamenta cristãos adormecidos e surdos face à situação social”, é porque ela não é boa! -----

-O senhor J.Carlos Queirós, no Diário do Minho de 18 de março de 2014 diz assim:- “ Quanto aos pensionistas, parece evidente que foram e são, juntamente com os funcionários públicos, o alvo escolhido pelo Governo, para obter rendimentos fáceis mas injustos para cumprir obrigações”.-----

-Jornal de Noticias de 2 de novembro de 2014 diz assim:- “Metade dos trabalhadores têm qualificações a menos”, isto deve ser tudo coisas boas. -----

-Política de coesão da União Europeia 2014/2020, se formos ler o que aqui está, é tudo um programa para satisfazer as graves carências existentes. Aliás, de onde a Câmara tirou grande parte do seu trabalho para o Plano 2014/2020. -----

-Outra vez ainda no âmbito da religião, “questões sociais fraturantes exigem voz mais ativa das famílias cristãs”, diz D. Eurico Nogueira.-----

-Famalicão, diz o senhor Presidente da Câmara:- reclama mais investimento na área social. É porque há carências senhor Presidente, muitas, não são poucas, são muitas. -----

-Risco de pobreza, esta é a última questão, atinge 644 mil crianças e jovens, isto tem a ver com o relatório da Cáritas. Afinal isto é tudo sobre Portugal, muitas destas coisas são sobre Vila Nova de Famalicão e aqui fala no mínimo em 0,3%, é fácil saber porque é que é 0,3%, muitos não saberão mas os colegas dir-lhes-ão. -----

---**JOÃO ARAÚJO (PSD)** – O senhor Deputado, Domingos Peixoto, apesar de eu o conhecer bem parece-me que ele não me conhece. Somos conterrâneos, somos amigos e a política é que nos divide. O senhor Deputado disse que eu não conhecia o movimento associativo, então eu vou dizer ao

senhor Deputado o seguinte, eu tinha quinze anos e andava num movimento associativo. Aos quarenta e dois anos estou num movimento associativo, portanto eu não recebo lições do senhor Deputado nessa matéria e nesse conteúdo. O que o senhor disse aqui e repito, que temos um Concelho que não tinha associações e que de facto, o apoio social não chegava porque a Câmara não fazia nenhum investimento nesse sentido. Foi aquilo que o senhor Deputado disse, portanto, eu para recordar o senhor Deputado e já que conhece muito bem o movimento associativo, se calhar conhece o movimento associativo do tempo do seu Partido, não é do tempo de hoje. Eu convidava-o um dia destes a verificar quantas associações tem este Concelho e a quantas associações a Câmara Municipal tem ajudado. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Paulo Pinto, o senhor veio aqui invocar o longínquo ano de 2001, olhe senhor Deputado, é pena que o senhor não se tenha lembrado da dívida, foi pena senhor Deputado! Que consumia muito mais do que um ano de Orçamento!-----

-Já agora, que não se tenha lembrado do prazo médio de pagamento a fornecedores, senhor Deputado! Foi pena que não se ter lembrado.-----

-Da rede viária que tínhamos, senhor Deputado! -----

-Da rede de água e de saneamento que o senhor aqui falou. Sabe qual era em 2001 senhor Deputado? Eu dia vou lembra-lo disso, senhor Deputado! -----

-E também foi pena não se lembrar das escolas que tínhamos em 2001, senhor Deputado. Estão aqui nesta sala pessoas que trabalham nas escolas e que sabem das escolas que tínhamos em 2001, a vergonha senhor Deputado, a vergonha que eram as escolas famalicenses em 2001. O senhor não se atreva a comparar 2001 com 2015, principalmente ao nível das escolas. Já agora, para terminar, o senhor lembrou-se de uma coisa e não se lembrou de outras, também quando falou em negociatas o senhor lembrou-se de 2001, a expressão *negociata*, o senhor estava a lembrar-se de 2001, senhor Deputado! -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Encontra-se esta Assembleia a apreciar e discutir aquele que é porventura, um dos documentos mais importantes da gestão municipal, ou seja, o Relatório de Gestão e de Prestação de Contas. A este propósito foram já produzidas diversas intervenções, todas elas respeitáveis, provindas dos diversos Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal. Se antes da discussão que se acaba de referir, tinha já este Grupo Municipal a perfeita convicção da vontade deste documento, com o aprofundar das intervenções e com o decorrer dos trabalhos, mais essa convicção foi consolidada e cimentada. De facto, um documento desta natureza, mais não é do que a verificação e a constatação da gestão de um Município e o exame sobre a execução daquilo que anteriormente foi planeado. Este documento, em suma, servirá para saber se

este Executivo Municipal cumpriu aquilo que dissera fazer. Ora, dúvidas não tem este Grupo Municipal, que o documento ora em análise é tradução global do cumprimento do compromisso assumido aquando da apresentação do Plano de Atividades e assim, do cumprimento do programa eleitoral que em tempo útil a Coligação apresentou aos famalicenses. Então, não prometeram o CDS e o PSD a realização de obras avultadas de investimento em betão, contrariamente a outras forças partidárias, não prometeram estes partidos a realização de obras faraónicas de difícil ou até mesmo de impossível realização. Não prometerem esses partidos gastar a torto e a direito, nem prometeram sequer gastar aquilo que não tinham. Prometeram sim, senhores Deputados, trabalhar em prol do desenvolvimento de Famalicão, aplicando com rigor e disciplina os recursos públicos naquilo que de facto é importante, as pessoas. Ora, se assim o prometeram, assim o fizeram e este documento ora em discussão é a prova plena de tal desidrato. Na verdade e contrariamente ao propalado pelos partidos da oposição nesta Assembleia, que para tal, não se coibiram de manipular números e dados, demonstra este documento a concretização de três fatores ou vetores essenciais, este é um documento de rigor e de credibilidade, assim o demonstrando o grau de execução de quase 90% do que se planeava. Este é um documento que demonstra a saciedade de uma maior e melhor autonomia financeira. Este é um documento que mantém a tendência de redução de dívida, levando-a a patamares de perfeita sustentabilidade. É um documento que expressa o investimento harmonioso e uma melhor distribuição de meios para o nosso território. É um documento que traduz um investimento sustentável por todas as Freguesias sem exceção. É um documento que espelha uma forte intervenção em áreas tão diversas como o Ambiente, o Associativismo, a Cultura, o Desporto, a Educação e o Conhecimento, a Energia, a Habitação, a Juventude, a Preservação do Património, a Mobilidade, o Urbanismo, a Segurança, a Solidariedade e o Empreendedorismo. É enfim, um documento, que ilustra o rigor na aplicação de dinheiros públicos, afetando ao serviço das pessoas ao serviço de Famalicão. É um documento que traduz uma inegável saúde financeira, apesar das consequências que hoje sentem fruto dos desvarios praticados anteriormente pela governação Socialista. É um documento que demonstra que soube este Município manter o princípio da estabilidade fiscal, não recorrendo a subidas de taxas sobre os impostos como outros Municípios o fizeram. É um documento que sabe que o pagamento de impostos em situação de debilidade económica e financeira das famílias não deixa de ser um sacrifício relevante para as mesmas, mas que também sabe que sem receitas não se pode prosseguir o interesse público. É um documento diria eu, que sendo da responsabilidade do Executivo Municipal, não deixa de traduzir o empenho de todas as Juntas de Freguesia que sem exceção e sem distinção de cor partidária, souberam acompanhar este Executivo no propósito do desenvolvimento de Famalicão como concelho unitário e harmonioso. É um documento que por tudo isto, merece o nosso aval e o nosso convicto apoio. -----

Senhores Deputados, da discussão que até agora ocorreu, ficamos a conhecer aquilo que este Executivo fez, mas também desta discussão ficamos a saber que os partidos da oposição e neste particular, o partido Socialista, com a expressão do seu voto desfavorável, não concorda que se aplique cerca de 2 milhões de euros em transporte escolar. Não concorda que se gaste cerca de 800 mil euros em alimentação escolar e pré-escolar. Não concorda que se gaste cerca de 250 mil euros em manuais escolares. Não concorda que se aplique cerca de 160 mil euros em bolsas de estudo para os mais carenciados. Não concorda que se afete cerca de 170 mil euros no Projeto Casa Feliz. Não concorda e discorda que se aplique cerca de 250 mil euros no Passe Sénior. E discorda totalmente que se afete cerca de 250 mil euros ao apoio social às famílias. Por isso, meus senhores, e terminando a minha intervenção, responderei convictamente ao que perguntaram os senhores Vereadores do Partido Socialista na sua declaração de voto,- vale a pena acreditar nestes políticos? Vale sim, nós acreditamos e sobretudo, os famalicenses acreditam. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu quase que faria agora esta defesa da honra relativamente às intervenções do senhor Deputado, João Pedro. Porque e sem querer ser tão exaltado, ou pelo menos fatuamente exaltado quanto ele, essa invocação do Bloco de Esquerda de não ser bom de contas e eu pessoalmente. A minha confissão pessoal de que eu não gosto de contas, a minha intervenção nem sequer faz referência a contas, faz simplesmente intenções políticas àquilo que transparece do documento quanto a apostas políticas, portanto nem sequer faço referência. E fica-lhe de mau tom o senhor Deputado invocar que o Bloco de Esquerda, ou eu pessoalmente, e o facto de eu não gostar de números, não quer dizer que o Bloco de Esquerda não goste. Fica-lhe mal que nós gastamos o dinheiro dos outros airoosamente. Quer dizer, nem o Bloco de Esquerda utiliza dinheiros públicos, a não ser aquele que vem das subvenções dos concursos nos atos eleitorais, muito menos eu o poderei fazer. Portanto, eu gostaria até que pelo menos tivesse a hombridade de pedir desculpa. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Gostaríamos nestas intervenções que acabamos de ouvir, de deixar claro o seguinte, ficamos com a ideia de que de repente, o Concelho de Famalicão e o País, foi confrontado com uma situação social extremamente débil. Ora, esta situação a que chegamos não é de hoje, ela é oriunda de outros governos, designadamente do governo do Partido Socialista, que naturalmente daquilo que se sabe, contribuiu no sentido de chegarmos também aqui a esta situação. Sobretudo o PSD e CDS, agravou ainda muito mais e não tenhamos qualquer dúvida que esta situação, não pode ser resolvida nunca como a Câmara no caso concreto em Vila Nova de Famalicão o pretende fazer. Ou seja, gerir simplesmente e mal aliás, essa mesma situação social, a nosso ver não deve ser feito desta forma. A nosso ver, deve ser por via de facto do verdadeiro investimento, e o verdadeiro investimento não se aplica, não se faz por via da caridadezinha sistematicamente. Poderíamos concordar eventualmente, numa ou noutra situação, de catástrofe em que é necessário a

Autarquia pegar nos seus próprios meios e ocorrerem a um determinado incêndio, até aí certamente estaríamos todos de acordo. Agora que sistematicamente, se tome isto nas mãos e se passe, e se faça a gerência de uma situação social extremamente delicada e que de facto existe, isso é que pensamos de modo algum dever ser tido em conta, o que a Autarquia tem de fazer é mobilizar recursos no sentido de as pessoas que são carenciadas possam usufruir das possibilidades, naturalmente dignas de darem a volta à própria situação e desde logo, como se sabe, o emprego é a questão fundamental no meio disto tudo. Portanto, não queremos com isto mais dizer do que o seguinte, a Câmara parece agarrada a esta ideia e dela faz bandeira sistematicamente, a nosso ver é um erro que vamos pagar caro.-----

-Quanto à questão que aqui foi colocada e designadamente a questão dos impostos, nomeadamente do IMI. Relativamente ao qual, a CDU, foi defensora da sua redução em sede orçamental, sempre há que dizer e não só o IMI, mas todos os outros impostos, sempre há que dizer o seguinte, na verdade deitar mão sistematicamente destas e doutras formas, os cidadãos, os munícipes já pagam impostos sobremaneira altos, é do IMI, é do IRS e portanto, o que pensamos é que isto não pode continuar desta forma, porque estamos a encetar políticas em tudo muito idênticas àquelas que num passado e não queremos naturalmente, que volte a aparecer no tempo do fascismo. Também o senhor Primeiro-ministro na altura virado para o Ministro das finanças, colocou-lhe a questão dos aumentos de impostos, e o senhor Ministro das finanças interpelou-o no sentido, senhor Primeiro-ministro, mais impostos para os mesmos? E Salazar respondeu que sim, são para os mesmos, eles são muitos já estão habituados. Nós estamos contra isto.-----

PAULO PINTO (PS) – Muito rapidamente, primeiro referi-me ao senhor Deputado Álvaro Oliveira, que falou com a posição, desvirtuou números, não sei se se referia concretamente a algum número apresentado pelo partido Socialista, mas se fosse eu pedia que concretizasse onde é que nós desvirtuamos os números. -----

-Senhor Presidente da Câmara, nós não nos esquecemos do investimento feito e muito menos esquecemos o investimento feito pelo partido Socialista no Parque Escolar em Famalicão, claramente não nos esquecemos. O que dizemos e muito claramente, é que esta Coligação foi responsável nos últimos 13 anos por gerir mais mil milhões de euros, que chegou para baixar a dívida, falta o resto, o investimento, que é preciso fazer muito ainda e devia ter feito muito mais, os famalicenses contribuem e muito, cada vez mais e estão à espera que esse investimento seja concretizado nas necessidades e naquilo que ainda falta fazer que é muito, Vossa Excelência certamente saberá. -----

---**RAQUEL PINTO (CDS/PP)** – Realizando uma comparação dos dados dos Censos de 2011 com os de 2001, analisando a população em três Municípios vizinhos, Famalicão, Trofa e Guimarães, é notória e significativa a diferença no crescimento da população.-----

-Tendo por base dados estatísticos, é possível constatar que Guimarães teve uma diminuição de população em quase um ponto percentual. A Trofa chegou quase aos quatro pontos percentuais e o nosso Concelho tem um aumento de população em cinco pontos percentuais. Este aumento como é óbvio, tem uma forte relação às políticas praticadas no Concelho em diversas áreas, sendo uma delas e talvez a mais importante, o desempenho do Município na Ação Social traduzido no aumento da qualidade de vida dos famalicenses. -----

Este debate foi dominado pela temática da Ação Social e quais as rubricas do Relatório de Contas que se prendem com esta temática. Não querendo alimentar essa mesma discussão, até porque no meu ponto de vista é infundada, pois considero que existem diversas rubricas da despesa que alude encargos do âmbito da Ação Social, como é o caso das Bolsas de Estudo, pois de uma forma inequívoca são uma forma de potenciar e aliciar os nossos jovens a melhor desempenho, motivação e frequência no ensino superior. Assim, se as referidas Bolsas ajudam os estudantes, estão no âmbito da Ação Social, pois potenciam melhores condições de vida à população de Famalicão. Na mesma linha, que são as despesas correntes, com as piscinas e os diversos equipamentos desportivos do Concelho, parece-me também esta, uma Ação Social de apoio à população. Também podemos ter uma análise diferente desta, mas todos temos que admitir que é também uma forma de apoiar os famalicenses. Poderia enumerar muitas outras como os meus colegas já o fizeram e muito bem, mas todas estas diferenças de análise são de facto, admissíveis pois a Ação Social é um termo lato que admite muitas derivações de uma mesma análise. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Muito se tem falado no passado, nós percebemos. Nós percebemos que, falar no passado interessa mais porque o presente não é muito confortável. Efetivamente que os famalicenses hoje assistem a um Executivo gastador. Gastador com a contratação, diga-se, a contratação de assessores, os mais caros da região norte; com transferências exorbitantes para a associação Famalicão Concelho Com Futuro. Ontem dizia-se, apoiar não é igual a dar dinheiro com muita razão, isto é dar dinheiro não é apoiar. -----

-Em Famalicão temos uma realidade de investimento com picos em 2005, em 2009 e em 2012, todos eles permitiram inaugurações em alturas de campanha, aguardamos 2017. -----

-Curioso que 2014, foi o ano de menor investimento. Curioso que os subsídios para as Associações do Concelho, descaram vertiginosamente. Curioso que o Concelho continua com elevadas debilidades infraestruturais. Curioso saber que no Concelho melhor para isto e melhor para aquilo, grande parte das nossas Freguesias, continuam sem rede de saneamento básico, continuam sem rede de abastecimento de água pública completo. Ainda se usa em Famalicão estradas de terra batida e mais curioso ainda, é saber que este Executivo Municipal, para além de não cumprir o que prometeu aos famalicenses não tem respeito por eles, sacrificando-os de ano para ano com os sucessivos

aumentos de impostos para depois gastar tudo em contratações, transferências para a associação Famalicão Concelho Com Futuro e indemnizações disparatadas. -----

---**TAVARES BASTOS (PS)** – Senhor Presidente e senhores Deputados, só tenho seis minutos, não se poderia utilizar o tempo da Democracia Cristã como Democrata cristão, dava-me mais jeito, não sei se o Regimento permite, mas acho que não. Bem, não posso perder muito tempo, mas esta Democracia Cristã não é a Democracia Cristã que eu conheci há 40 anos, o CDS hoje enfim, e cada vez é menos. Talvez 50% sabem quem eu sou, mas os outros 50% não saberão. Em 1976 foram as primeiras autárquicas, eu fui o cabeça de lista do CDS e não ganhei a Câmara por uma unha negra, tive 27% ou 28% dos votos, o CDS ganhou nas maiores Freguesias, Calendário, Famalicão, Landim e por aí adiante, ganhei 15 Freguesias e quase que ganhava a Câmara. Portanto, ando nisto há 40 anos, já conheço isto de cor e salteado. Um dos aspetos, digamos, mais incisivos da minha lide política, foi a comunicação social e assim por alto, já escrevi desde 1991 quinhentos textos de opinião nos jornais. Estive 19 anos na oposição, tinha ali o meu amigo que agora é Presidente da Câmara, tinha outro meu amigo já naquela altura, o Dr. Agostinho Fernandes, 19 anos e eu dizia cá com os meus botões, só saís quando quiseses, mas saiu!-----

-Eu não vou falar em números, eu vou falar na comunicação social famalicense atual, porque eu escrevi 19 anos de textos de opinião e tinha jornais que me pediam para escrever para publicar. Hoje, eu tinha aqui matéria para gastar os 54 minutos da Democracia Cristã, mas não pode ser. Hoje, eu nem sei quem são, se está aqui a imprensa se não está, eu conhecia os jornalistas todos, eu era incomodado às cinco, seis ou sete da manhã para dar a minha opinião dos mais diversos assuntos. Hoje a comunicação social em Famalicão, eu vou ver se poupo nos adjetivos, é zero. Eu leio os jornais que saem na internet que é o Opinião Pública e O Povo Famalicense, os outros e eu era assinante já de longa data, eu conheci muito bem o senhor Rebelo Mesquita, era muito amigo dele, mas a determinada altura aquilo enjoou-me e cortei com a assinatura. E portanto, sem rede, quando entrei naquela porta não era para falar, mas sem rede, venho chamar à atenção de facto, para esse aspeto da política municipal, porque eu leio os jornais e pergunto, o fulano se calhar já não está lá, se calhar nem houve reunião, é um aspeto muito negativo e não estou a ver maneira de por cobro a isto. De facto, durante 19 anos estive na oposição ao Dr. Agostinho Fernandes e do partido Socialista, nunca tive o mais pequeno problema, agora também há um jornal que publica tudo, que é O Povo Famalicense, eu é que já me cansei e enfim, a idade vai avançando e depois os assuntos também não serão muitos. Fiquei muito satisfeito, venho aqui quase de propósito perguntar, do PDM (plano diretor municipal), porque houve ali uma altura que fiquei na dúvida, se o PDM não ia levar ali na zona desportiva um truque qualquer que a gente já está habituada. Porque nos anteriores 12 anos, eu não sei como é que funcionava a máfia napolitana, mas não devia funcionar muito longe dos 12 anos

que eu assisti. Porque eu sei, são 40 anos que eu assisti. Vim aqui e ouvi, felicito o Presidente da Câmara e a Vereação, mas eu já vi uma Assembleia Municipal, metade dela, aí umas cinquenta, sessenta pessoas, quem vota a favor e aquilo parecia a banda da carris, era tudo a favor e agora é tudo ao contrário. Portanto, meus amigos, era isso que eu queria porque não tenho mais tempo, queria lamentar que de facto, a comunicação social em Famalicão e é importantíssimo porque o que eu estou aqui a dizer, o que disseram aqui os senhores Deputados, está escrito em meia dúzia de parágrafos e lá fora ninguém sabe o que aqui se passou. Era esse aspeto que eu também queria realçar, porque enfim, depois as percentagens aparecem resultantes de muita coisa. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Depois deste curto intervalo animado pelo meu caro amigo, Tavares Bastos, acho que é tempo de voltarmos ao assunto e ao assunto que nos trás aqui. Eu não sou melhor do que ninguém, nem sou pior, trabalho na área social, sempre trabalhei na área social, podia fazer muito mais, faço o que faço. Senhores Deputados, nós podemos vir aqui para a Assembleia com as nossas divergências, falarmos das nossas diferenças, falarmos das nossas diversas formas de fazer, mas acho que desenvolvermos uma discussão de um documento desta natureza, basicamente baseados em questões sociais e na crítica às questões sociais, além de me parecer redutor parece-me que é uma falsa questão e todos nós sabemos que é uma falsa questão. Muito mais podia ser feito na área social, pelos intervenientes, pelas associações, pela Câmara Municipal e por outras entidades. Mas muito está a ser feito de há muito tempo na área social e bem feito. Eu não quero criticar ninguém dos que vieram aqui, desculpem-me, mas tenho que pegar em algumas situações, por exemplo, a CDU. A CDU normalmente fala de que o fazer apoio social não é fazer caridadezinha. Estarmos perfeitamente de acordo, senhor Deputado. Só que eu gostava de saber quais são as políticas sociais da CDU? Porque o senhor Deputado, veio aqui ainda agora, dizer que a política social da CDU é criar emprego. Oh! Senhor Deputado, mas para criar emprego é preciso outras coisas e para manter o emprego é preciso outras coisas. E até lá? As pessoas morrem, morrem de fome. E investir em quê senhor Deputado? Investir em emprego? Eu não queria e acho que não vale a pena entrarmos aqui em diálogo, mas investir em emprego para quê? Onde é que nós temos mercado hoje em dia, para conseguir absorver toda aquela produção que esses mesmos funcionários poderiam fazer. Não há senhor Deputado, isso é demagogia, peço-lhe desculpa, mas isso é demagogia da vossa parte dizer que quando se fala de apoio social, que apoiar socialmente é criar emprego. Assim como também, é demagogia doutro género, mas é demagogia quando se leva ao ridículo a questão dos cabazes. Oh! Senhor Deputado, o senhor pode não saber, mas os tais cabazes que o senhor levou ao ridículo foram o Natal de muita gente! Percebe! Foi a diferença entre comerem mais qualquer coisa naquela época, ou não comerem nada, senhor Deputado. Portanto, senhor Deputado, eu acredito que não tenha dito isto com esta intenção, mas tem que ter cautela,

porque todas as políticas que esta Câmara e que todas as associações que estão no terreno vão seguindo para tentar minimizar as questões sociais e os défices sociais, todas essas políticas são e todas essas ações são meritórias, senhor Deputado. E quantos mais cabazes houvesse melhor! E quantos mais projetos casa feliz houvesse melhor! E quanto mais investimento a Câmara faça nesta área melhor! E isto, também é investimento, senhor Deputado. Obviamente que não está na rubrica investimento e o senhor sabe que não está. O senhor Deputado, Fernando Moniz, explicou aqui que na realidade não pode estar e que hoje a diferença entre despesas de investimento e despesas correntes, já não pode ser interpretada como era em 2000, em 2001 e por aí fora. Portanto, senhor Deputado, não vamos fazer demagogia baseados em ação social, porque a ação social neste Concelho é um exemplo e não somos nós que o dizemos, senhor Deputado, são pessoas de fora deste Concelho que o dizem, pessoas com responsabilidades e ainda para mais pessoas que não são da nossa área política, senhor Deputado. É mau para o Concelho, para a imagem do Concelho. É mau para as pessoas que estão a necessitar, que nós façamos da área social uma área de arremesso e levemos ao ridículo toda esta situação. Senhor Deputado, pode não ter sido a sua intenção, a verdade é que foi dito hoje aqui em toda a vossa discussão, que na área social, havia muita coisa a fazer na área social. Há sim senhor, mas há muita coisa que foi feita, agora o que não se pode é fazer tudo, senhor Deputado. Senhores Deputados, eu pedia-lhes que fizéssemos aqui um pacto na Assembleia, é que falássemos sim senhor, nas nossas diferenças, lutássemos por aquilo em que acreditamos, mas que não façamos demagogia com o mal dos outros e não façamos demagogia com a área social. Porque é uma área muito sensível e que há muita gente a necessitar em Famalicão, há muita gente a ser ajudada em Famalicão, há muita gente a trabalhar nessa ajuda em Famalicão e é desprestigiante para o trabalho realizado por toda essa gente, aquilo que é dito aqui nesta Assembleia.-----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Senhor Deputado, João Araújo, antes de mais pedir-lhe desculpa se entendeu que o ofendi. Mas venho aqui, dizer-lhe apenas que acho que um aparte não fica mal a ninguém. Eu procuro respeitar as pessoas todas, lamento é que no mandato anterior, e no outro mandato ainda, estive aqui um Presidente da Junta, que me insultou várias vezes daquela bancada e nunca ninguém tivesse tomado a palavra para dizer que o Presidente da Junta estava a ser sobretudo malcriado.-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Então cá vamos nós dar outro exemplo no campo social e isto não é novidade para ninguém, apoio incondicional à instalação no Concelho de creches e jardins-de-infância. Uma política social que não se compadeça com a necessidade das pessoas idosas e que tenha de ser muitas das vezes, têm de ser elas a disponibilizar o seu próprio património para irem para um Lar da Terceira Idade. Os Lares da Terceira Idade deste Concelho, têm um papel muito

mais empresarial sob o ponto de visto do lucro do que propriamente do aspeto social, isto é lamentável, mas é uma verdade neste concelho e infelizmente, não é só neste Concelho. Estamos a assistir, de verdade, em que as políticas sociais do próprio Concelho, têm um cariz mais de gerir para o lucro do que propriamente para aquilo que devem ser dirigidas, e nós estamos contra isso. Política social, é os trabalhadores, designadamente aqueles que têm levado no seu salário cortes e que inclusivamente são despedidos, não têm para onde ser guiados para poderem fazer face às suas despesas. Isso são políticas sociais que têm que ser tidas em conta, é garantir o emprego, é a Câmara Municipal ser sensível a isto e tomar o lado do mais fraco no sentido de os proteger dignamente. E relançar o investimento, que já aqui foi dito, naturalmente neste Concelho é preciso investir mais na obra pública, claro que sim, aquilo que a Câmara se disponibiliza agora para investir em estradas municipais, etc., etc., já o podia ter feito no ano transato e nós sabemos o porquê de isto agora acontecer.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2014, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI AMESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E CATORZE VOTOS CONTRA.----

---TERCEIRO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.^a Revisão Orçamental, nos termos da respetiva proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – A nossa vinda aqui prende-se com o seguinte, relativamente a esta proposta que nos é apresentada da 1.^a revisão orçamental, suscitou-nos aqui algumas dúvidas e relativamente às quais gostaríamos do respetivo esclarecimento. Gostaríamos de saber que significado é que tem este reforço sobretudo nas verbas que diz respeito às sociedades financeiras, bancos e outras instituições, este reforço será para alguma amortização anual de um empréstimo. E relativamente ao reforço que é aplicado na verba da água, das águas do noroeste presumimos nós, com um reforço que é rateado de 410 euros, bem como, não entendemos o significado, a razão de ser dos chamados outros trabalhos especializados, quando se tinha orçado para uma despesa de 4 milhões e 795 mil euros e agora é reforçado com este rateio desta verba que salta destes 3 milhões quatrocentos e tal euros, com este rateio que lhes é proposto de 1 milhão 921 mil euros. Portanto, qual é o significado de uma verba tão alta e gostaríamos qual o significado do reforço para a rubrica da eletricidade, é uma verba que excede cerca de 20% de 760 mil euros. Gostaríamos de saber qual a razão de ser deste reforço nestas rubricas e que serviços são estes onde é referido, instalações de serviço e reforçando também esta verba em 600 mil euros. Já no que concerne ao reforço para a

última rubrica das creches, pensámos que se trata das creches aqui no Louredo, Telhado, Cruz e Mogege, aqui também gostaríamos de ouvir alguma explicação sobre este reforço. Ou seja, no fundo também pensámos que, o critério que aqui foi estabelecido, quer nos parecer um critério de alguma conveniência e portanto, gostaríamos de ouvir o senhor Presidente da Câmara e que nos elucidasse sobre esta matéria. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, sobre a questão da rubrica nas sociedades financeiras, esta inscrição está relacionada com o que iremos votar a seguir, com o novo empréstimo e portanto, é a previsão da amortização desse novo financiamento. -----

-Depois há aqui reforços ao nível da eletricidade, dos resíduos, da água e do saneamento, que tem a ver com a Execução Orçamental ao longo do ano que justifica que se reforce para fazer face a essas despesas previsíveis até ao final do exercício, não há despesa nova, é um reforço do que vinha sendo consagrado. -----

-Instalações de serviços, tem a ver com a Loja do Cidadão, senhor Deputado, tem a ver com a previsão da verba para a execução dessa tarefa que na segunda-feira já falámos aqui salvo erro, depois de uma pergunta do senhor Deputado do Bloco de Esquerda. -----

-A questão das creches/escolas, tem a ver com intervenções que estão a ser programadas em Cruz, Telhado e Mogege, que se justifica essas mesmas inscrições. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E ONZE ABSTENÇÕES. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Proferiu uma declaração de voto que é do seguinte teor: -----

-A nossa declaração de voto, votamos contra, porque pensámos que apesar desta explicação muito breve e sucinta por parte do senhor Presidente, naturalmente ficámos gratos por esse facto, mas pensámos contudo, que esta proposta de 1ª Revisão Orçamental traz-nos aquilo a que nós chamamos de que não há rigor orçamental aquando do Orçamento apresentado na sessão da Assembleia realizada em novembro. E portanto, este reforço destas verbas, sobretudo aquelas que aqui são colocadas, pensámos que o critério é um pouco subjetivo para reforçar esta e aquela verba, sobretudo aquela relativamente por exemplo às águas do noroeste, aquela que diz respeito por exemplo, dos trabalhos especializados e que enfim, nos deixa muito a desejar porque já se contemplava com uma verba bastante alta de 4 milhões 795 mil euros e agora reforçada com mais 1 milhão de euros. Pensámos que de facto, não estamos perante uma situação, como a Câmara dizia que ia ter rigor, nós pensámos que de rigor isto não tem nada. -----

---**QUARTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de adjudicação ao Banco Santander Totta S.A., de um empréstimo no montante de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), por um período de 15 anos, com reembolso em prestações postecipadas de capital constante e juros ao saldo, e com taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias) acrescida de um spread de 1,24%, nos termos da respetiva proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Senhor Presidente, senhores Deputados, em primeiro lugar a CDU acha o seguinte, como é que se contrai um empréstimo que não tem a nosso ver, cobertura orçamental? No Orçamento que foi apresentado, ele comportava para estas situações, o pedido de empréstimo à banca de médio e longo prazo na casa de 1 milhão e 200 mil euros. Nós não percebemos a razão por que a Câmara pretende fazer um pedido bancário acima do dobro, quando de facto, em nossa opinião, não conseguimos descobrir em que Orçamento é que está contemplado tal situação. E esta é uma explicação, que queremos naturalmente, aqui ter logo em primeira mão. É claro que depois assiste-nos também aqui um conjunto de dúvidas que tem a ver com o seguinte, a considerar este empréstimo de 2 milhões e 500 mil euros, na verdade segundo aquilo que é aqui lançado, esse mesmo empréstimo é para aplicar no ano de 2015, não no montante de 2 milhões e 500 mil euros, mas sim feitas as contas, de 1 milhão e 710 mil euros. O que pensámos que isto tem um significado, é que vai sobrar dinheiro desse empréstimo, é porque vai ser aplicado no ano seguinte em 2016? E porventura no ano de 2017? -----

-Por outro lado, sem dúvida, que no próprio Orçamento a previsão do Plano em 2015, era para cada um destes investimentos, desde a primeira estrada municipal 571 até ao último caminho municipal, percorrendo-a o que estava previsto era de facto, uma verba para cada uma delas completamente diferente daquela que é aqui assim proposta como investimento. Dando o exemplo, logo na primeira, a previsão do Plano para 2015 apontava uma verba de 861 mil euros e aqui o investimento que a Câmara entende que vai aplicar é de 1 milhão 261 mil e 500 euros. Sucodem-se depois em linha toda uma discrepância, deveria aqui dar continuidade e que é grosso modo, 861 mil euros para 1261 mil euros; 131 mil euros para 678 mil euros; 141 mil euros para 780 mil euros; 191 mil quando o que a Câmara diz são 742 mil euros de investimento; 191 mil euros e o custo avançado é de 1 milhão e 184 mil euros; 291 mil euros que é o que prevê o Plano para 2015 para a beneficiação do caminho municipal 1521 e a Câmara diz que vai gastar 1 milhão 21 mil e 500 euros, finalmente, 281 mil euros para os 442 mil euros, a Câmara diz que a obra vai comportar um tal montante. Portanto, gostaríamos nesta medida ser esclarecidos, porque podemos estar perante uma situação complexa

em que venha o próprio Tribunal de Contas a chumbar digamos assim, esta proposta que é aqui colocada e nesta medida, gostaríamos de ser esclarecidos. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, sobre a questão na pergunta que fez, nós na Revisão Orçamental, fizemos o reforço da verba que prevemos despende até ao final do exercício neste tipo de operações, acautelando a contratação deste empréstimo. Mas nós só podemos incluir em Orçamento a contratação de empréstimo depois de ele ter sido contraído, o empréstimo não foi contraído, enquanto este Órgão não aprovar ele não foi contraído. Este Órgão aprovando e aprovando em Minuta de Ata no final da reunião, na próxima reunião de Câmara faremos uma alteração orçamental onde incluiremos este empréstimo. É assim que funciona a regra, senhor Deputado, não é uma questão de opção, é o que resulta da Lei e como sabe a Câmara tem de a cumprir. -----

-Na revisão orçamental, afetamos a verba necessária ao cumprimento do empréstimo que queremos contrair, nesta Assembleia aprovaremos, se os senhores Deputados assim o entenderem, a contratação do empréstimo a esta entidade financeira e em função disso, sim a Câmara Municipal fará uma alteração, não é uma revisão porque senão teria que vir à Assembleia municipal como sabem, mas é uma alteração orçamental para esse efeito. -----

-Quanto ao resto. Oh! Senhor Deputado, a Câmara Municipal evidenciou na proposta os investimentos que vai fazer e que justificam a contratação deste empréstimo, o que é indiferente independente da sua calendarização, senhor Deputado. Nós não estamos aqui necessariamente a dizer que em 2015 vamos consumir 2 milhões e 500 mil euros nessas obras, há uma calendarização que é um projeto de intenções de execução de obras que depois vamos ver se se cumpre, porque até pode não se cumprir fruto de muitas circunstâncias. Nós temos uma previsão, que não significa a certeza ao nível da execução, mas isso, senhor Deputado, não interfere com a justificação para a contratação de empréstimo. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO AO BANCO SANTANDER TOTTA S.A., DE UM EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE 2.500.000,00€ (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, COM REEMBOLSO EM PRESTAÇÕES POSTECIPADAS DE CAPITAL CONSTANTE E JUROS AO SALDO, E COM TAXA DE JURO VARIÁVEL INDEXADA À EURIBOR A 6 MESES (BASE 360 DIAS) ACRESCIDA DE UM SPREAD DE 1,24%, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, COM QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) - Proferiu uma declaração de voto que é do seguinte teor: -----

-Naturalmente que a CDU, não iria inviabilizar uma proposta no sentido de apostar em investimento no Concelho, mas sempre se dirá e temos que dizer, este investimento já devia ter sido naturalmente avançado há mais tempo. Este investimento vai cair, está feito cirurgicamente para cair nos atos eleitorais daqui por dois anos, este investimento conforme os números e mesmo considerando a explicação do senhor Presidente da Câmara, na verdade a totalidade da previsão do Plano para 2015 não joga certo com aquilo que nos é aqui proposto, o investimento total na beneficiação destas estradas e caminhos municipais que comporta uma totalidade de 6 milhões e 919 mil euros. E portanto, se não comportam a nosso ver, sempre diremos como alguém já vem dizendo também, que a cara não bate com a careta.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (Luís Ângelo Oliveira)

- Senhores Deputados, relativamente ao Quinto Ponto e até ao Décimo Primeiro, a Mesa propõe uma conexão da votação e da discussão desses pontos uma vez que estão interligados e em termos de celeridade para esta Assembleia é melhor, a não ser que algum dos senhores Deputados vote contra esta conexão da votação e da discussão.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAMENTE Á CONEXÃO DOS PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---QUINTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 573-2” – União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim e União das Freguesias de Avidos e Lagoa.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---PAULO PINTO (PS) – Só para indicar o sentido de voto do partido Socialista. Logicamente o Partido Socialista irá votar favoravelmente estas propostas, são obras necessárias que vão em muito beneficiar as populações. Já vem tarde, já deviam ter sido feitas. Alertamos a Câmara Municipal que existem outras que terão que ser feitas e também urgem de prioridades, permitam-me também, um pequeno comparismo já que estamos a falar de obras de quase 7 milhões de euros. Estes são 7 milhões de euros bem investidos, que os famalicenses pagam, é pena que haja outros 6 milhões de euros que foram mal gastos, ou vão ser! -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Naturalmente que, estando de acordo com o investimento, a CDU irá votar favoravelmente estas propostas porque elas representam importância acrescida para as populações beneficiando as suas vias de comunicação, como já o dissemos elas apenas pecam a nosso ver, por ser tardias e lamentavelmente queremos desde já dizer e denunciar, que elas estão apontadas cirurgicamente para bater certo daqui por dois anos nas eleições. Contudo e mesmo assim,

a CDU entende que da sua importância, da sua realização muito beneficiarão estas populações e naturalmente que, não somos alheios a esta obra e nunca a poderíamos inviabilizar. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu vou só manifestar o meu sentido de voto e sem qualquer ressalva, a não ser recordar aquilo que o Bloco de Esquerda tem referido várias vezes no início deste mandato. Realmente os caminhos municipais deste Concelho, merecem, precisam de investimento a bem das populações.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA E.M. 573-2” – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDOS E LAGOA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-**-----

---**SEXTO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 571 (2.ª Fase) ” – União das Freguesias de Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures e Freguesia de Nine.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA E.M. 571 (2.ª FASE) ” – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA, ARNOSO SANTA EULÁLIA E SEZURES E FREGUESIA DE NINE, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**SÉTIMO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada de “Beneficiação da E.M. 571-1 (1.ª Fase) ” – União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA E.M. 571-1 (1.ª FASE) ” – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**OITAVO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação da E.M. 573-1” Freguesia de Requião.----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA E.M. 573-1” FREGUESIA DE REQUIÃO, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**NONO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1464/1464-1” Freguesia de Ribeirão. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1464/1464-1” FREGUESIA DE RIBEIRÃO, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1490/1490-1” União das Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela e Freguesia de Vale S. Martinho. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1490/1490-1” UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA E FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a realização da empreitada “Beneficiação do C.M. 1521” União das Freguesias de Ruivães e Novais e Freguesia de Landim. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1521” UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS E FREGUESIA DE LANDIM, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para afetação do troço rodoviário municipal da VIM entre o quilómetro 0, junto à Estrada Regional 206, Avenida Dr. Mário Soares, freguesia de Joane, ao quilómetro 6.3, freguesia de Riba de Ave, quer na parte edificada quer na parte sobrança, integrando-o no domínio público rodoviário municipal, nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Relativamente a esta questão da VIM, sempre diremos o seguinte, todos se devem recordar da proposta da CDU há alguns anos a esta parte na então Assembleia Municipal, mereceu a aprovação no que diz respeito à nossa proposta que era a sua reintegração na rede nacional de estradas. E não foi só nesta Assembleia, mas também nas

Assembleias dos Concelhos vizinhos. Tal assunto, foi depois levado à Assembleia da República e aí para espanto de muitos de nós, ficamos a saber que os senhores Deputados da Assembleia da República da mesma cor partidária dos senhores Deputados na altura aqui da Assembleia Municipal, entenderam que deveriam chumbar a proposta da CDU, que visava tão só a resolução de um problema, relativamente ao qual nenhuma Câmara estava disposta a assumir o resolução deste problema e que era a necessidade da manutenção da VIM, daí a necessidade de propor as respetivas verbas para custear as despesas da mesma manutenção. Passado anos, esta proposta é aqui lançada para a sua discussão e votação. Nós pensámos que sem prejuízo, naturalmente não iríamos inviabilizar esta proposta, mas sempre diremos e sempre tudo faremos, para que esta situação ainda venha a ser discutida para que a VIM possa vir a ser integrada na rede de estradas nacionais. Concordamos que, alguém há de ter de assumir o cargo de custear e de zelar pela manutenção. Lamentavelmente, achámos é que o Governo, a instância central, as estradas nacionais, é que deveriam ter esta incumbência e não a Câmara porque vai ter de dispor de uma verba relativamente avultada na manutenção destes 6 km na VIM. Neste sentido, dado que está aqui em causa uma via de grande importância para o Concelho, pensámos portanto, que nunca a poderíamos inviabilizar. Achámos é que as outras Câmaras enfim, terão que tomar a sua própria responsabilidade e neste aspeto temos algumas dúvidas que tal venha a acontecer. De qualquer modo, a solução para esta situação como dissemos, é necessário e exigente que fosse integrada na rede nacional de estradas. ----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu apesar de não gostando de números, mas apesar de gostar de um Cineasta, de seu nome, João César Monteiro e na sua personagem gosta de invocar um chavão que é “vai e dá-lhes trabalho”. Eu não diria tanto como o senhor Deputado da CDU, mas também gostaria de tecer algumas considerações relativamente aqui há questão da VIM. Nós também achámos, que neste processo de regionalização atamancada que o nosso Governo nacional tem levado a cabo que se vai refletindo nestes fenómenos. Quer dizer, é no rodoviário, é no da educação, é no da saúde, é na segurança social, mas pronto, agora vamos ficar aqui pela questão da rodoviária. É óbvio que, o Bloco de Esquerda entende que esta estrada deveria integrar o plano rodoviário nacional e como bem lembra aqui a proposta do Executivo, esta estrada está num limbo, porquanto não existe a categoria material da estrada intermunicipal e é por causa desse limbo que os utilizadores daquela estrada às vezes vão penando. E portanto, por causa desta regionalização atamancada como há pouco dizia, não devem penar as populações, nem os utilizadores das rodovias e por isso, nós também iremos votar favoravelmente relativamente a esta transferência solicitada. Mas não queremos deixar de deixar aqui este apontamento, que achámos que é gravoso porque é uma contradição municipalizar aquilo que não o é, quer dizer, isto é uma via que não é municipal, na melhor das hipóteses seria intermunicipal, mas aqui se faz sentir como o processo da regionalização

deste país é uma questão essencial, urgente, que deve ser levada com critério e não casuisticamente como aqui assistimos. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AFETAÇÃO DO TROÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL DA VIM ENTRE O QUILOMETRO 0, JUNTO À ESTRADA REGIONAL 206, AVENIDA DR. MÁRIO SOARES, FREGUESIA DE JOANE, AO QUILOMETRO 6.3, FREGUESIA DE RIBA DE AVE, QUER NA PARTE EDIFICADA QUER NA PARTE SOBRANTE, INTEGRANDO-O NO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de celebração de contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Ministério da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município de Vila Nova de Famalicão na área da educação e formação municipal, nos termos da respetiva proposta.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---CÉLIA CASTRO (PS) – A educação pública universal, tendencialmente gratuita é um bem inaliável e fundamental para um futuro harmonioso sustentado no nosso país, consignado na Constituição da República desde 1976 e na Lei de bases do sistema educativo em vigor desde 1986. Nos últimos anos têm sido introduzidas muitas alterações na escola pública, que têm vindo a limitar de forma negativa o seu desempenho integral atingindo professores, pais, alunos e funcionários. O PS em matéria de educação, sempre se baseou na proteção da qualidade da escola pública e sobretudo, na defesa dos superiores interesses dos alunos e de uma educação de qualidade acessível a todos. Não podemos esquecer as infraestruturas criadas no governo PS, como as obras de requalificação do parque escolar que permitem hoje que se fale em Famalicão como sendo o melhor Concelho para se estudar. Também aqui um reconhecimento especial, aos órgãos de gestão das nossas escolas pelo trabalho desenvolvido. A progressiva municipalização da escola pública, tem sido uma opção crescente questionada em países onde foi adotada, como a Suécia, onde o processo está a ser invertido. E o Reino Unido que estagnou sem resultados visíveis. Revelou ainda nefastos e perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade do ensino, pelo acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, e do reforço do controle sobre as escolas. Senhor Presidente, esperemos que não seja esta a realidade que nos espera. -----

O PS reconhece umas virtudes ao processo, todavia não deixa de dar conta de algumas reservas. Reservas essas, plasmadas em posições como a da Associação Nacional de Municípios, bem como a votação desfavorável de um Agrupamento de uma escola do Concelho. No nosso entender, o processo deveria ter sido amplamente debatido, existindo uma participação mais direta de todos os membros da comunidade educativa. O PS quer acreditar que este projeto, não visa só números, mas pessoas. O PS quer acreditar que este projeto, respeita o direito à liberdade e à igualdade de direitos. O PS quer acreditar que este projeto, vai investir na igualdade de oportunidades para todos. O PS defende que com investimento estratégico no setor da educação, conseguiremos projetar um futuro mais digno para as pessoas e para os nossos jovens. Por isso estaremos atentos lutando contra a opressão, contra todas as formas de injustiça, de discriminação, contra todas as formas de submissão que negam ou diminuem o papel do cidadão no que toca à educação. O PS continuará a intervir em todos os meios ao seu dispor na defesa da escola pública de qualidade. O PS irá abster-se neste ponto, considerando que, existem instituições nacionais e agentes educativos contra este processo e um agrupamento de uma escola neste Concelho e todos desfavoravelmente a este processo. Termina senhor Presidente, dirigindo-lhe duas questões;-----

---Considera haver garantias de que a gestão da educação não irá ser também ela entregue a privados? -----

---Este processo de descentralização de educação poderá colocar em causa a autonomia da escola e a escola pública? -----

---**CÂNDIDA VELOSO (PSD)** – As perspetivas dinâmicas pautadas pelas necessidades das pessoas e do desenvolvimento territorial, tornam o projeto educativo local já formalizado em 2014, um documento de futuro, aberto e disponível à inovação e à mudança, que mostra o sentido da ação educativa no nosso Concelho inserida num desenvolvimento integrado e articulado com todos os agentes educativos. É um guião que nos dá referências e que nos mostra os recursos que temos nas oportunidades de ação, as estratégias e as atividades, por isso, também ele é, como já foi referido, um verdadeiro agente educativo. Importa sim, refletir nos contributos que trouxeram a todos, que trazem e continuaram a trazer a todos os famalicenses. Importa sim, refletir nos contributos que trouxeram a todos e esta ação educativa que continua a contribuir claramente para o desenvolvimento de Famalicão. Mostrou que a Câmara Municipal está preparada sim, para mais desafios. Está preparada e está desejosa, por isso, disse sim ao convite para fazer parte dos Concelhos que vão abraçar os projetos-piloto da delegação de competências educativas que constam no “Programa Aproximar”. E isto porquê? Porque tem um projeto educativo local já formalizado, tem uma grande implantação na ação social escolar de apoio às famílias-alunos regulamentada. Tem projetos e programas próprios. Tem atividades adequadas e participadas que integram os projetos

educativos das escolas. Por isso, o nosso Concelho é e foi merecedor de credibilidade, mas todos foram merecedores, alunos, escolas, professores e associação de pais. Esta foi a primeira ponderação que eu queria e fiz neste momento. -----

---Temos o alicerce e perspetiva-se uma nova lógica a um novo paradigma de gestão autárquica, construtivo, articulado e participativo, não cabe aqui uma gestão e desculpem o termo de betão. No fundo é democrático, é uma gestão humanista assenta nas ideias, nas necessidades, na participação das pessoas. -----

---Uma segunda reflexão, que eu acho que é muito importante para todo este processo e aquilo que tem sido feito desde o início. Tem sido dialogante com todos os agentes educativos locais há mais de um ano. Foram ouvidos os conselhos gerais, o conselho municipal de educação e as direções das escolas. Foi um processo aberto. A Câmara Municipal participou neste processo de decisão, foi um processo transparente em que os agrupamentos de escolas e o município partilharam responsabilidades ao nível da gestão de recursos humanos, do currículo, da relação escola-comunidade, das políticas educativas, da administração educativa e da organização pedagógica e administrativa. A tomada de decisão a partir de setembro, se este ponto for aprovado, a tomada de decisão ficará assim dentro do espaço da ação educativa, e por isso, será maior eficiência nos processos decisórios, haverá menos burocracia certamente, mais rapidez e mais eficácia. Porque aqui sabemos onde estão os recursos, as condições e as oportunidades para os nossos alunos. O nosso Município ficará então legitimado, juntamente com as escolas, famílias, juntas de freguesia, conselho municipal de educação entre outros, a gerir a ação educativa. Saem todos mais valorizados, municípios, escolas, diretores, direções e a universalidade da educação, a igualdade de oportunidades estarão sempre garantidas para todos ao longo da vida, as comunidades educativas locais sairão mais fortalecidas e mais capazes com todo este processo. Porque os nossos olhares e a nossa forma de ver e fazer a educação, terão um peso bem maior e diferente do olhar centralizador de Lisboa. Claro que não é um processo fácil, será antes exigente, porque tem de se saber mobilizar todos os agentes educativos e com este Executivo, tenho a certeza de que tudo fará para que esta grande equipa concelhia envolvida tenha sucesso, porque o sucesso deste programa é o sucesso e o bem-estar dos alunos, das escolas e das famílias, por isso, de todos os famalicenses. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhora Deputada, Célia Meneses, eu admirei o exercício que a senhora Deputada fez, para construir um argumentário que justificasse o sentido de voto do partido Socialista. E percebi que, nas razões do processo não encontraria esses argumentos e andou, fez um circuito pela Europa à procura de fundamentação. Admiro a sua dedicação à sua bancada e a forma como quer ajudar a mesma a justificar o seu sentido de voto. Mas oh! Senhora Deputada, a senhora parecia que estava a falar na centralização, porque os mesmos que aqui trouxe

fariam sentido se o processo fosse ao contrário, se estivéssemos a retirar competências do território e leva-las para Lisboa. A senhora falou em dúvidas, em incertezas, garantias de não entrega da gestão a privados! Oh! Senhora Deputada, a gestão a privados, porventura aconteceria, se o processo continuasse a nível central, aliás, como houve intenções em governos idos e a senhora Deputada sabe disse. Quanto à questão da autonomia da escola, eu devo-lhe dizer que, mais de 50% das competências depois da aprovação deste regime, são exclusivas das direções dos agrupamentos, mais de 50%. E se contarmos, além daquelas que são exclusivas da direção de agrupamento, aquelas outras ou na direção de agrupamento que coparticipa na decisão significa que são 80%. Ou seja, em 80% das competências a direção de agrupamento está lá e este processo reforça a competência da direção de agrupamento, ao contrário do que se pretende aí dizer em muitas circunstâncias. Deixemos de criar uma cortina em torno desta circunstância e a senhora Deputada sabe disso até por outras razões. O que vai acontecer no futuro da gestão, é claramente uma melhoria em relação ao passado. Todos os receios que a senhora Deputada tinha, sabe que faziam sentido no passado e fazem menos sentido no presente e fará muito menos no futuro. Porque eu comecei por dizer e vamos fazê-lo senhora Deputada, a Câmara como nunca esteve sozinha felizmente, sempre atuou em rede setor, sempre partilhou esforços e energia com todos, sempre foi genuína na abordagem. A Câmara no processo de gestão da educação não diz como se faz, partilha com os agentes a melhor solução para o Concelho e bebe dos agentes a influência genuína que todos lhe dão, não vamos agora ser diferentes, senhora Deputada, vamos continuar com a mesma metodologia, é em rede, e consertando parcerias e estratégias. Olhe senhora Deputada, valorizo muito a sua dedicação, a sua persistência e a forma dedicada como defendeu esse sentido de voto da sua bancada, mas devo dizer-lhe com muita sinceridade, o PS perde uma grande oportunidade de estar ao lado de Famalicão. ----- É um processo que os famalicenses querem e neste momento, já é só quase o PS que não quer este projeto, espero que mais tarde o PS não se arrependa.-----

---**PAULO COELHO (CDS/PP)** – O Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da educação hoje em discussão, reveste-se de especial importância pelo facto de consignar um projeto-piloto implementado num número limitado de Municípios, nomeadamente, aqueles que têm bem consolidado um trabalho de planeamento estratégico na área da educação, com uma série de instrumentos de análise e gestão territorial que permitem o levantamento apurado das reais necessidades educativas, permitindo uma aplicação rigorosa dos recursos humanos e materiais em prol de uma educação melhor, mais humanizada, mais eficiente. Fazendo parte de um programa de descentralização de políticas públicas, afigura-se-nos como uma medida essencial e acima de tudo responsabilizadora que vem confirmar que o grau de preparação do Município de Vila Nova de Famalicão em matérias educativas é elevado. Em termos organizativos a articulação entre Ministério,

os Agrupamentos e Município, foi abordada com especial realidade criando todas as condições e solidamente documentada de todos os aspetos relevantes. Sempre fomos a favor da descentralização e da delegação de competências para os municípios, desde que, acautelados os recursos para gerir de forma adequada e cremos que neste Contrato Interadministrativo tal foi conseguido. A proximidade é sempre uma mais-valia efetiva e a sua importância estratégica não pode ser descurada. Por outro lado, os mecanismos de autoavaliação implementados oferecem as garantias que se esperam de um projeto desta importância. Assim sendo, temos como acertado o rumo escolhido em matéria de educação municipal e aprovaremos convictamente este Contrato Interadministrativo. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Felizmente o PS não estará sozinho nas suas reservas quanto a este Contrato. O Bloco de Esquerda também as tem, não por ser contra a governação local, como poderão compreender, mas porque todo este processo dito de Descentralização nasce torto a montante. Eu já há pouco me pronunciei, sobre aquele atamancamento que eu acho e o Bloco de Esquerda acha, que este governo tem propiciado quanto à Descentralização. Que aqui neste caso, quer queiramos quer não, é uma mera delegação de competências, contratualizada, a prazo e portanto, a todo o tempo derogável e ainda por cima, com as condições neste clausulado que nos foi dado a conhecer e que nos deixa algumas reservas. Há pouco falou-se aqui na desburocratização, na autonomia das escolas. Eu penso que e volto novamente a confessar a minha ignorância, não é só de números senhor deputado, também é de muitas outras realidades, a realidade educativa também me é um corpo relativamente estranho. Mas quer dizer, aqui fala-se numa plataforma informática cujos meandros, pelo que me é dado a perceber, há de ser bem burocrática, condicionada e muito fiscalizadora. Portanto, essa questão da autonomia das escolas, dos municípios em relação ao Ministério da Educação, parece-me que fica prejudicada, nomeadamente, por essa ferramenta. Depois há a questão das transferências de capital, que me deixam também algumas dúvidas, nomeadamente, as medianas como são obtidas, excluindo o ano com o valor mais baixo e o ano com o valor mais alto, se houver situações de alguma anomalia, isto é, aquilo que poderá ser mudanças de alguma alteração abrupta, nomeadamente, nos valores, poderão dar resultados muito perniciosos para os municípios e para este em concreto, que é o que falamos, até porque acompanham este Município mais uma dúzia, ainda se vai ver o que é que este processo irá resultar, novas realidades pós setembro ou outubro, mas aguardemos. -----

---Relativamente ainda a este Contrato, algumas ressalvas que ainda nos assaltam. Relativamente a eventuais privatizações que possam daqui decorrer, nomeadamente, contratos estabelecidos, até porque na sua cláusula 39, na prestação de serviços, há aqui uma outra cláusula que se eu fosse outorgante teria alguma dificuldade em assinar de ânimo leve. A questão de:- resolução por parte do Município, denunciando contratos que já estão em vigor - é altamente penalizador para o Município

este tipo de denúncia. Imaginemos que há um contratante, atualmente com o Ministério da Educação que prestam lá serviço, o Município entende que deve denunciar e o Município é que vai ser penalizado por esta justa causa, provavelmente existente, dessa denúncia desse contrato. Há aqui outras cláusulas que me suscitam hesitações, nomeadamente, a comissão de acompanhamento. Pelos vistos, assiste a esta comissão de acompanhamento uma participação importante em todo este processo, esta comissão de acompanhamento é maioritariamente governamental. Quer dizer, fica reservado a representantes do estado da administração central, estado aqui, administração central, fica reservado 4 votos. Aos representantes do Município 2 votos. Aos representantes das escolas 1 voto. Portanto, para quem fala tanto em autonomia, em representatividade local, senhor Vereador eu posso ter lido mal, vou ler novamente e passo a citar: - “Os representantes dos AE abrangidos pelo CONTRATO têm 1 voto a exercer conjuntamente” na comissão de acompanhamento, a comissão de acompanhamento terá uma importância em todo este processo assinalável, parece-me que não estou a ler de todo mal. Há aqui uma série de questões que nos fazem ter reservas em relação a todo este processo. E regressando ao início da minha intervenção, acho que todo este processo nasce torto a montante isto é, na sua estruturação por parte da administração central, não sei se é só meramente questões economicistas, se há aqui uma verdadeira vontade de descentralizar, se há aqui uma verdadeira vontade de democratizar, ou se é meramente uma questão orçamental, economicista, e ainda bem que os municípios, poderão de alguma forma participar no projeto educativo local, agora com esta renomeação através desta contratualização, mas e resumindo, ao Bloco de Esquerda assiste uma série de reservas relativamente a este projeto. -----

---**REIS CAMPOS (PS)** – De facto, eu não estava para falar, nem sobre este assunto, nem sobre outro, mas ele de facto, tornou-se de alguma forma pertinente pelo seguinte, eu penso que, em boa verdade sobre este assunto ninguém sabe nada ainda. Senão vejamos as contradições de vários setores, por exemplo a Associação Nacional de Municípios está contra. Eu falo e tenho uma ligação muito próxima com uma escola, que é provavelmente das maiores escolas, que é a escola Gonçalves Zarco em Matosinhos, que andam envolvidos num processo equivalente e nós vamos acreditar, por isso e tanto não se sabe porque é um projeto-piloto, é um projeto que estamos a ver como é que isto vai ser. Portanto, neste momento, eu fiquei um bocadinho atrapalhado com duas situações, com todo o respeito pela senhora Deputada Cândida Veloso, com a euforia, e se nós começarmos com esta euforia toda pode não dar bom resultado. O senhor Presidente da Câmara tem certeza absoluta que isto vai correr bem, eu aprecio a sua convicção. Agora, o partido Socialista e é mais por isso que eu cá venho, é quase um voto de recomendação, o partido Socialista não está contra este projeto, agora o que tem de facto, é algumas reservas porque não se sabe. Então porque é que eu venho aqui, se eu visse e como diz aí um Líder partidário, cuidados e caldos de galinha não faz mal a ninguém. Eu

quero dizer com isto o seguinte, este processo deve ser e até para que tenha sucesso, para que não haja problema e para que tenha um maior sucesso, deve ser acompanhado de uma forma, não é pela comissão de acompanhamento, deve ser acompanhado muito de perto e não digo que não haja pessoas competentes para acompanhar isto, mas terem atenção a este processo. Porque a educação é um laboratório, que quando corre mal só se vai notar daí a muito tempo, ao contrário da economia, ou seja, o próprio projeto-piloto, eu estou de acordo com ele, porque as grandes modificações na educação, de facto, quando começa a dar asneirada são dez anos a seguir, vejam agora os miúdos que não sabem Português! Porque é que isso acontece assim! Portanto, use-se menos, um bocadinho menos na euforia, convicção, trabalho, mas muita atenção. É isso que eu quero, porque a única coisa que eu quero para Famalicão é que isto dê bom resultado, não temos garantias de coisa nenhuma. A abstenção, senhor Presidente, não é propriamente o estar contra, é como a Deputada Célia disse, temos algumas reservas e eu sinceramente, sobre este assunto, também não me debrucei demais e sabe porquê, porque não tenho como me debruçar, há um limite para além do qual, é como a religião é só a fé, ou seja, a partir de determinada altura, ou temos fé que isto vai correr bem ou não. E como a fé cada um toma a que quer, eu de facto, acho que deve, considerando que o Município de Famalicão e se calhar bem, estar neste processo, mas pelo menos acautelar o máximo possível e as euforias vamos fazê-las no fim, quando for a euforia vamos todos estar contentes com o processo. Eu estarei cá para isso, mas o que eu não aposto já, é nem na desgraça, não sou paladino na desgraça mas também a fé é só para alguns, é só quem foi dotado com ela.-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Fez a leitura de documento escrito que é do seguinte teor: “Estamos portanto aqui numa proposta, que a nosso ver, enferma desde logo de algo que nos parece importante também denunciar e que é sem dúvida um desrespeito digamos assim, relativamente a quem no Governo assim o propôs, mas também a quem o aceitou, é um desrespeito pela própria Constituição Portuguesa, até porque é ela própria que consagra a responsabilidade do estado de criar uma rede de estabelecimentos públicos no ensino que cubras as necessidades de toda a população. A nosso ver, isto é uma porta aberta para mais tarde ser uma grande fonte de negócio e porque alguém aqui falou em fé, nós queremos acreditar infelizmente, muito vai para a frente e isto será visto. Será na verdade uma boa fonte de rendimento e de negócio para a iniciativa privada que muitos lucros provavelmente vão ganhar, para já, com esta municipalização, que a nosso ver uma anunciada pré-privatização. Mas não deixando contudo de referir, que ao longo dos últimos anos, os sucessivos governos, têm vindo a agravar os ataques à Escola Pública, com objetivos claros e bem definidos, independentemente se é o PSD, o CDS ou o PS no governo. O caminho tem sido o da destruição, desvalorização da oferta pública de educação, através de opções políticas e de medidas que podendo parecer avulsas, não o são, pois todas elas têm um fio condutor e um objetivo bem definido, quer

através dos benefícios aos privados, através de aumentos, privilégios e subsídios que lhes são concedidos, desrespeitando o quadro legal vigente, quer através da privatização ou da municipalização da educação. -----

Não temos dúvidas em afirmar aqui e agora que a entrega de competências ao município vai permitir a possibilidade de negócios pouco claros e em benefício apenas de alguns. Mais, não temos dúvidas que, com a ora pretendida municipalização, está a ser posta em causa a universalidade da oferta que a Constituição da República consagra. -----

A Autarquia de Famalicão não dispõe de meios, quer financeiros quer pedagógicos para fazer a gestão curricular dos professores. E ao tomar a mão de meios está a prejudicar os famalicenses, na verdade, nestes meios quem tem a responsabilidade de os utilizar e de os aplicar na educação, é o estado, o governo. -----

Esta municipalização na nossa ótica mais não é do que um processo desastroso para a qualidade do ensino, configurando, isso sim, o trampolim para a futura privatização da escola pública a par da criação de dificuldades à gestão autárquica. -----

Esta opção ideológica que afinal não é só governamental mas também ao nível da maioria municipal PSD/CDS, associada à envergonhada abstenção do PS, entretanto já tornada pública, é a de reduzir a Escola Pública a um instituto de formação profissional de banda estreita, empurrando a educação dos nossos jovens para a visão estreita do saber ler, escrever e contar, limitando-a no cumprimento do seu papel enquanto instrumento de emancipação individual e coletiva. -----

Desta forma, uma parte significativa dos alunos que terminam o ensino secundário, não chegará ou já não chega ao ensino superior. Não se enquadrará já nesse espírito ou propósito o painel, não sabemos se outros não haverá, aqui em Famalicão, que nos diz cursos profissionais, concluíste o 9º ano? E agora, opta por um curso profissional. Começa já aqui assim o anúncio do que significa a privatização do ensino em que esta municipalização do ensino irá conduzir. E portanto, convida o jovem que finda o 9º ano a optar pela formação profissional. Decerto, não é inocente este apelo? Estamos obviamente contra! -----

Desta proposta ressalta outro aspeto que não nos parece menor, é o facto de ser salientado que “a Matriz de Responsabilidades foi elaborada, debatida e definida com os diretores dos nossos agrupamentos das escolas”. Sem pôr em causa as suas competências, perguntamos mas são eles que tutelam toda a comunidade escolar? E os professores, os alunos, os pais, não têm voto na matéria, não deviam ser ouvidos? Na nossa opinião, claro que sim? -----

Se nesta legislatura a Educação sofreu um corte de 2 mil milhões de euros, o que faz de Portugal um dos países europeus com menor investimento na Educação, se o próprio diploma, D.L. nº 30/2015, de 12 de Fevereiro, aludindo ao “Guião da Reforma (que é uma destruição) do Estado”, afirma no

seu introito que “o processo de transferência de competências da administração central para os municípios (...), com o respetivo envelope financeiro mas sem aumento da despesa pública (entenda-se: com diminuição da despesa pública sempre drástica) neste domínio, outra coisa não é de esperar se não mais uma machadada na educação no que ao nosso concelho respeita. -----

Não seremos cúmplices neste atentado à Educação no nosso concelho e por isso votamos contra”.

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu continuo a admirar o esforço dos senhores Deputados do partido Socialista, para justificar permitam-me, o que eu já acho injustificável. Porque aparentemente há aqui uma identidade de sentido entre um debate mais ideológico à esquerda, ou mais à esquerda do partido Socialista, mas que no fundo se calhar vai redundar no mesmo sentido de voto e porventura, se diferenças existissem serão esbatidas. Mas há aqui uma outra diferença que me apraz assinalar, que enquanto o Bloco de Esquerda e a CDU trazem argumentos, concordemos ou não, para a sua posição. O partido Socialista, continua a falar em dúvidas, em incertezas, em aspetos vagos, como é que há de ser, sem apresentar questões concretas. Há pouco, a senhora Deputada, Célia Meneses, falava na falta de debate. Oh! Senhora Deputada, os Partidos Políticos participaram no processo, todos com assento na Assembleia Municipal, os Conselhos Gerais participaram todos no processo, o Conselho Municipal de Educação participou no processo, houve a auscultação da Comunidade. Eu não sei quem mais nós devíamos ouvir para participar neste processo. E devo também dizer-lhes que, sempre que se faz uma mudança há algo de novo para acontecer, aí de nós se temos medo da mudança. E aquilo que o partido Socialista aqui quer estar a insinuar, é que não sabe o que vai acontecer e porque não sabe o que vai acontecer, abstém-se! Não dizem aqui o que disseram na reunião de Câmara, que davam o voto de confiança à Câmara, bom, ainda bem que não foram tão longe! Mas abstém-se porque não sabem o que vai acontecer! Abstém-se porque vem aí algo de novo, apraz-me quase dizer que se o partido Socialista fosse Câmara, não estaria com este processo, adiava-o até à eternidade, porventura, à espera que alguém experimentasse, que alguém fosse dizer, vocês cobaia, para depois nós percebermos o sucesso do processo e então aceitarmos. Nós não temos medo, não é nenhuma profissão de fé, não é nenhum salto para o abismo, é um ato consciente porque nós sabemos o que aí vem, não somos só nós Câmara, os agentes educativos sabem o que aí vem, conhecem cada uma das competências que vão exercer, sabem como é que as vão exercer, conhecem o processo articulado para o seu exercício. E portanto, o que está aqui em causa, não é mais do que o partido Socialista, não querer estar dentro do processo. Não é mais do que o partido Socialista, não querer estar ao lado da Coligação que governa a Câmara Municipal. Senhores Deputados, andem por onde andarem, mas a leitura que eu tenho e que eu tiro deste processo, é muito simples, se mais à esquerda o debate pode ser ideológico, é indiscutível que o partido Socialista não é uma questão ideológica. E sabem porque é que não é, senhores Deputados?

Olhe, Águeda, Amadora, Matosinhos, são três exemplos de Câmaras governadas pelo partido Socialista e que aderiram a este projeto. Eu conheço a recomendação feita pelo senhor Secretário Geral do Partido Socialista, nada tem a opor contra quem a segue ou deixa de a seguir, mas não é uma questão ideológica porque temos autarcas do partido Socialista a defender esta solução. Porventura, a ideológica é mais à esquerda, para o PS não me parece que seja ideológica. Então qual é o argumento? É medo do futuro? A Câmara Municipal não tem medo do futuro e os famalicenses podem acreditar neste Executivo Camarário porque nós não temos medo de assumir mais protagonismo, mais responsabilidades, mais competências, porque sabemos que temos o apoio, a cumplicidade, o compromisso de todos os agentes. Confesso, que num tema, vou chamar-lhe de regime como este, gostava que tivéssemos nós comunidade famalicense também o apoio do partido Socialista, lamentavelmente não o temos.-----

---**REIS CAMPOS (PS)** – Senhor Presidente, eu vou pedir desculpa a toda a Assembleia, porque de facto, não me fiz entender. Porque o senhor Presidente que costuma entender-me, não entendeu e com certeza todos também não entenderam. Ou então, acontece uma outra coisa, pela primeira vez entre mim e o senhor Presidente aconteceu uma coisa, que tanto valeu eu falar como nada o seu discurso já estava preparado antes. Porque aquilo que eu acabei de dizer, não foi nada da resposta do senhor Presidente. Sabe o que é que me faz lembrar, senhor Presidente, aqueles maus alunos que não sabem responder e tanto vale fazer uma pergunta como outra que eles respondem sempre da mesma maneira. Mais, eu sei muito bem o caso de Águeda e sei muito bem o caso de Famalicão que não há de ser muito diferente, e não é ideológico. Eu demarco-me de alguma forma das posições do Deputado, Domingos Peixoto, e não vim para aqui dizer que isto era para negociatas e seja o que for, pode favorecer mas disse isso, não disse nem uma palavra, porque eu não faço suspeitas seja do que for. Agora vim aqui na calma, dizer que era bom, era útil para todos pensarmos bem nisto já que isto está nos carris. Agora, senhor Presidente, fez uma coisa que é muito feio, se o partido Socialista estivesse aqui não tinha este processo! Quem lhe disse? Sabe se calhar o que é que eu lhe dizia, tinha, mas tinha mais cuidado, não estava com esta euforia toda, percebe. O senhor Presidente desta vez não me pareceu o mesmo Presidente, mas eu admito que nem sempre as pessoas têm os melhores momentos de felicidade. E eu sinceramente, não gostei, porque acho que não foi justo pelo menos perante aquilo que eu disse, não foi justo porque eu vim aqui de boa vontade. O que me parece, se calhar, já tem havido várias reuniões e o senhor Presidente está, naquilo que em bom português se chama, com a areia no sapato. Eu não tenho nenhuma areia!-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito brevemente, só para tecer duas ou três considerações. A primeira delas e não querendo de facto, estar a insistir no diálogo que se tem mantido. Eu penso que, o que se passou aqui não foi um problema de mal-entendido ou de não compreensão. Penso que, o

que o senhor Presidente da Câmara quis dizer e que o partido Social Democrata comunga na totalidade, é que há alturas na vida, em que se tem de apostar naquilo em que se acredita, nas convicções e não basta pensar, planejar, formar uma comissão, fazer uma análise, nomear um grupo de estudo e depois nada fazer. Eu de facto, o que acho a grande diferença que demonstrou o PSD a nível local e o PS a nível local, é que o PSD como partido reformista que é, não teme avançar com uma reforma que trás sempre algo de novo mas que nós acreditamos que é bom para o Concelho e para a educação. -----

---Um último registo, porque também não podia deixar ficar claro, em entendo que a posição dos diversos partidos mais do que ideológica, que é de louvar, não é também só por ideologia que se verifica. Lamentavelmente, eu ouvi a confissão aqui declarada de um autarca da CDU, dizer que não acredita no poder local. Porque eu sei que a CDU, defende um estado centralizado, defende um único poder em que todos lhe são subjugados, mas não é isso que nós defendemos, nós acreditamos no poder local, acreditamos na democracia, acreditamos nos autarcas. Tudo o que seja municipalização ser sinal de negócio, senhor Deputado, por amor de deus, eu acho que isso é uma ofensa a todos os autarcas, aos membros desta Assembleia e todos os autarcas por este país. -----

---Por outro lado, senhor Deputado, temos leituras divergentes certamente sobre a Constituição da República Portuguesa, mas qualquer um de nós a deve respeitar. Em sítio nenhum, senhor Deputado, diz que a educação é uma função do estado central, diz que é uma função do estado, mas entendido o estado como algo democrata com separação de poderes, com poder descentralizado e com autarquias. Foi uma das conquistas de abril, senhor Deputado! -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para um pequeno esclarecimento, senhor Deputado, Reis Campos, eu não respondi à sua intervenção. A posição que eu tomei, enquanto Presidente de Câmara, pretendeu ser uma reação à posição que o partido Socialista tem tido sobre esta matéria. Não foi de forma alguma, uma resposta à intervenção que o senhor fez, muito pelo contrário. Senhor Deputado, garanto-lhe, não foi uma resposta à sua intervenção. Foi uma intervenção de resposta e de reação àquilo que o partido Socialista tem feito em relação a esta matéria, por isso é que eu invoquei exemplos do partido Socialista e que o senhor não pôs em causa.

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Senhor Deputado, Álvaro Oliveira, então sejamos claros neste aspeto. Compete ao estado, ou não compete ao estado assegurar desde logo, questões tão importantes na vida dos cidadãos, como é o direito à saúde e o direito à educação. Compete! Se compete, e porque é um direito universal e se é um direito universal, porquê transferi-lo para as Autarquias Locais, se de facto desta competência se tem que se observar, naturalmente se é o estado tem que ser o próprio governo, isso sim, a garantir desde logo para todos os cidadãos o direito à saúde e à educação e não as Autarquias Locais. Que aliás, diga-se que é esta municipalização, mais

não é e é verdade, isto é uma questão ideológica. Esta municipalização, nós já o temos vindo a dizer, é porta aberta para a privatização do setor, isto é clarinho, isto já tem acontecido noutros setores, isto é mais que óbvio, está mais que na cara uma coisa destas. Como é que se pode dizer disto o contrário! A que propósito é que a Autarquia Local tem a responsabilidade de uma coisa que compete ao Governo executá-la! Não pode ser, é que a questão da transferência de verbas nem sequer aqui está colocada, a responsabilidade passa para a Autarquia Local e agora que se desunhe, vai gastar um conjunto de meios necessários para outras questões. Para além do mais, senhor Deputado, temos de considerar aqui um aspeto que é de todo muito importante, que sendo um direito universal, não faz qualquer sentido e nós voltamos a insistir nesta tecla, não faz qualquer sentido que haja cidadãos de Famalicão e cidadãos de uma terra qualquer com direitos completamente diferentes e temos de assegurar o todo, com este conjunto de direitos para a educação. E porque o afirmamos com clareza, quando chegar o momento e não será já no imediato, chegar o momento da sua verdadeira privatização e entregue ao setor privado, aí se verá quanto custará a educação. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES** – Oh! Senhor Deputado, eu vou ser muito rápido, mas gostava de lhe dizer duas coisas. Gostava de lhe dizer, primeiro, Governo não é a mesma coisa que Estado! E como tal, o dever do Estado Português é dividido por diversos Órgãos, pelo Governo e pelas Autarquias e portanto, esta responsabilidade da Educação pode ser também assegurada pelas Autarquias com igual qualidade ou mais. Porque estão mais próximo das populações, sabem aquilo que as populações precisam, sabem aquilo que as regiões precisam. Oh! Senhor Deputado, eu admiro a sua posição e o seu grande problema relativamente à qualidade da Educação, mas não o vi tão preocupado quando o PCP a seguir ao 25 de abril, encheu o Ministério da Educação de cubanos, que vieram tratar da Educação deste País e viu-se o que é que fizeram nesse período. Eu não o vi preocupado! -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (luís Ângelo Oliveira)** – Propôs aos Líderes dos Grupos Municipais, e segundo o Regimento da Assembleia Municipal a duração das sessões é de três horas, como a Ordem de trabalhos estava a terminar, solicita o prolongamento do término da Sessão. Foi a mesma posta à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA**

RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ONZE ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS CONTRA. -----

 ---**PAULO PINTO (PS)** – Fez uma declaração de voto que é do seguinte teor: -----

--- O partido Socialista absteve-se, porque sendo um projeto-piloto e sendo um projeto importante para Famalicão, era imprescindível o consenso entre todos os agentes intervenientes, docentes e não docentes. Entendemos que, é um processo em que todos os agentes deviam ter um papel preponderante de modo a poderem limar algumas arestas de questões que possam surgir. Não foi o caso, houve escolas que votaram de forma não favorável e daí algumas reservas em todo o processo.

---**DÉCIMO QUARTO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a concessão de exploração do Bar da Casa da Juventude, nos termos da proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA CASA DA JUVENTUDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

 ---**DÉCIMO QUINTO PONTO-** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual de atribuição de subsídio ao Grupo Desportivo de Joane, para construção de módulo de balneários, nos termos da respetiva proposta.

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO DESPORTIVO DE JOANE, PARA CONSTRUÇÃO DE MÓDULO DE BALNEÁRIOS, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, UMA ABSTENÇÃO E UM VOTO CONTRA.** -----

 ---**PAULO COSTA (BE)** – Fez uma declaração de voto que é do seguinte teor:-----

---Eu só queria chamar a atenção para dois fenómenos. Um, é a atribuição encapotada de subsídios a grupos desportivos profissionais, não sei se será o caso, mas também não interessa, mas nós sabemos que infelizmente existe, os Municípios patrocinam os clubes de futebol e o Bloco de esquerda acha isso errado. Por princípio o Bloco de Esquerda, acha isso errado e também quer vincar esta

discriminação do futebol em relação a muitos outros desportos. Se nós formos a fazer contabilização do que o futebol, seja formativo, seja desde os miúdos, eu sei que é um fenómeno social mas a violência doméstica também é um fenómeno social e a gente combate-a. Portanto, esta discriminação excessiva do futebol, também merece discriminação.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (luís Ângelo Oliveira) –

Senhores Deputados, relativamente ao décimo sexto ponto, a discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização da proposta de retificação aos acordos de Execução de delegação de competências celebrados com as freguesias que constam, há um lapso que a Mesa entende que é um lapso de escrita na proposta da Câmara Municipal, faltando a Freguesia de Lousado. Mas se abrirem a referida proposta, no interior a Freguesia de Lousado consta. Por isso, a Mesa entende que se trata só de um lapso de escrita, portanto, retifica e adenda a Freguesia de Lousado a este décimo sexto ponto, passando o texto a ter a seguinte redação:-----

---DÉCIMO SEXTO PONTO- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização da proposta de retificação aos acordos de Execução de delegação de competências celebrados com as freguesias de Delães, Lousado, Requião, Ribeirão, União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei e freguesia de Vilarinho das Cambas, nos termos da respetiva proposta e consequentemente pedido de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, de igual valor, para os anos de 2016 e 2017, considerando que o período de vigência do Acordo de Execução retificado coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, conforme estipulado no n.1 do artigo 134.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, salvo nova modificação do acordo de execução, conforme previsto na sua cláusula 9.ª, que implique alteração daqueles montantes.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DOMINGOS COSTA (CDU) – Serei bastante célere para dizer que em consonância com um passado recente da nossa posição, entendemos que esta transferência de competências, a nosso ver, não faz sentido, deve ser sempre a Câmara a ter esta responsabilidade para assegurar um conjunto de serviços que são importantes e desse assegurar desde logo, porque também tem um conjunto de instrumentos à sua mão e uma logística que lhe permite fazer estes mesmos trabalhos. E como tal, achamos que é desperdiçar os meios de que dispõe e neste sentido a nosso ver, não faz também sentido que sejam transferidas ainda mais verbas para o exercício da resolução destes problemas para as Freguesias, na medida em que como já dissemos, esta deve ser de facto uma responsabilidade central do Município.-----

---TAVARES BASTOS (PS) – Eu ainda sou do tempo que se fez aqui uma comissão para quais Freguesias do PS ou do PSD, não me lembro qual era a Câmara, que levavam mais dinheiro. A

minha pergunta e com isto vou terminar, salvo erro são sete ou oito Freguesias que aqui foram mencionadas. Está nessas sete ou oito Freguesias alguma do PS? Era essa a minha pergunta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, Raúl Tavares Bastos, o que está em causa é só uma retificação, nenhuma Freguesia é excluída deste processo. Nós estamos a retificar uma deliberação, é uma correção. Eu estou a dizer-lhe que no processo de transferência de competências para as Freguesias, nenhuma Freguesia é excluída. Se olhar só para esta proposta, vê só aqui umas quantas Freguesias, mas a Câmara Municipal, não exclui nenhuma Freguesia do processo de transferência de competências, nem uma é excluída. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE REQUIÃO – Respondendo ao senhor Tavares Bastos, o senhor Presidente da Câmara em parte já veio explicar a razão desta retificação. É muito simples, acontece que o contrato de que estamos a falar tem a ver com a limpeza das ruas e isso é pago ao quilómetro. Houve Presidentes de Junta como eu, neste caso nos apercebemos que as medidas das áreas não estavam certas e sendo assim tinham de ser retificadas, isto não é dar a Juntas do PS ou do PSD, é dar aquilo que é justo e que está correto. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADOS COM AS FREGUESIAS DE DELÃES, LOUSADO, REQUIÃO, RIBEIRÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI E FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS, NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA E CONSEQUENTEMENTE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE IGUAL VALOR, PARA OS ANOS DE 2016 E 2017, CONSIDERANDO QUE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ACORDO DE EXECUÇÃO RETIFICADO COINCIDE COM A DURAÇÃO DO MANDATO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTIPULADO NO N.1 DO ARTIGO 134.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, SALVO NOVA MODIFICAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO, CONFORME PREVISTO NA SUA CLÁUSULA 9.ª, QUE IMPLIQUE ALTERAÇÃO DAQUELES MONTANTES, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA. -----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Para este período houve uma inscrição por parte do público, o senhor António Samuel da Silva Couto Reis da freguesia de Fradelos. -----

--- O senhor António Samuel da Silva Couto Reis, pediu a palavra para os seguintes assuntos:-

---Gostaria de falar de Fradelos de onde sou natural e resido. Freguesia de Fradelos, a maior em termos territoriais do Concelho. No Censos de 2001, contava com 3337 habitantes. Em 2011 contava 3914 habitantes, representando um acréscimo de 17% de população. Tendo em conta as famílias existentes estas aumentaram em 18%. Relativamente a alojamentos familiares e edifícios, em cerca de 32% e 38% respetivamente. Fradelos é a sétima Freguesia com mais população do Concelho de Vila Nova de Famalicão e a quinta que mais cresceu em termos de população. Contudo, todos esperávamos que Fradelos, com o crescimento sistemático de população, pudesse ter obras de valor e um futuro melhor. Mas deparou-se, com a cessação e a incapacitação dos serviços úteis e universais, bem como a construção de infraestruturas odiadas pelas populações. Tendo em conta a cessação e incapacitação de serviços dar-vos-ei alguns exemplos:- Em primeiro lugar, o fecho das turmas do quinto e sexto ano que existiam na escola de Sapugal. É verdade que, a forma de lecionação não fosse das mais utilizadas, mas houve falta de interesse de adequá-las. Em segundo lugar, os constantes problemas que o Centro de Saúde se tem deparado, onde atualmente só tem uma médica e uma enfermeira. Anteriormente este serviço de saúde acolhia sete mil utentes, das Freguesias de Fradelos, Ferreiró, Parada e Outeiro Maior. Parece impossível como não foram salvaguardados os interesses da nossa Freguesia neste processo e como não basta, para que esta Extensão de Saúde de Fradelos não feche de uma só vez, enviam uma médica que já foi expulsa de outras Unidades de Saúde do Concelho. É de louvar que os Fradelenses nestes últimos meses protestaram contra a continuidade desta médica de família de modo ao bom funcionamento desta Unidade de Saúde. -----

---Relativamente à construção de infraestruturas que pouco ou nada dignificam a Freguesia, darei alguns exemplos:- Em primeiro lugar a construção do aterro sanitário, com os possíveis aparecimentos de lixiviados em altura de grande pluviosidade, e a questão paisagística que é uma consequência da sua construção visível. -----

-Em segundo lugar, a construção da ETAR, onde todos os esgotos do Concelho de Famalicão, ou parte do Concelho de Famalicão e outros Concelhos vizinhos para lá é enviado. -----

-Em terceiro lugar, a construção do bairro social e que tem criado vários conflitos e confusões. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (luís Ângelo Oliveira)** –

Senhor António Reis, eu só lhe quero lembrar que este período, é um período de esclarecimentos e a quem se dirige. -----

---O senhor António Reis, retomou a palavra, dizendo que estava só a fazer uma pequena introdução e o pedido de esclarecimento era para o senhor Presidente da Câmara. -----

-E por fim, a obra do momento em Fradelos, de que pouco ou nada se fala no Concelho, não sei se é por ser em Fradelos ou não, mas provavelmente se fosse próximo da Cidade, a comunicação concelhia já estaria em cima do acontecimento e muito provavelmente, esta Assembleia Municipal

estaria hoje a falar deste assunto. Como provavelmente, não será do conhecimento de todos, será construída uma subestação elétrica que deverá ocupar cerca de 10 hectares de área verde, entre os lugares de Engenho e Povoação em Fradelos. Esta subestação elétrica, receberá as famosas linhas de muita alta tensão que advêm da região da Galiza em Espanha e atravessarão a Região do Minho, onde a grande parte dos Municípios muito têm feito para impedir a construção destas. No Concelho de Famalicão as Freguesias prejudicadas serão, a de Fradelos e Gondifelos. A Freguesia onde vivo, será cercada a norte e a oeste por estas linhas, estando previsto passar por cima de casas, mas mesmo assim é uma construção que nada agrada aos habitantes, tendo em conta as muitas notícias que já passaram nas televisões, com correspondência de casos de cancro devido a estas linhas aéreas eletrificadas, ou linhas de morte como já foram nomeadas. É de lembrar que não estamos a falar de meramente de 230 volts, nem 10 kilovolts, nem de 50 kilowatts, mas sim de 400 kilovolts. Segundo o parecer de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução desta subestação, documento disponibilizado pela agência portuguesa do ambiente em novembro de 2014, em que refere um nível de ruído para as populações mais próximas, diz e passo a citar:- “ Do exposto em particular no que se refere ao critério de incomodidade, não é possível confirmar o cumprimento dos limites legais”. Em finais de fevereiro do ano de 2014, num artigo publicado pelo Correio do Minho, mostra-nos que o Presidente da Câmara, Paulo Cunha, foi questionado à margem de uma visita da empresa Hidrofer na Freguesia de Carreira, sobre a linha de muita alta tensão no Concelho de Famalicão. O senhor Presidente respondeu e passo a citar:- “ A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, está a fazer um estudo com todas as implicações da passagem de uma linha de alta tensão no território Concelhio”. -----

-Perante todas estas conclusões, penso que a Freguesia devia ter com estas obras todas feitas em Fradelos, devia ter contrapartidas pelo passado nestes passados dez ou quinze anos. -----

-Para terminar, deixo duas questões ao senhor Presidente da Câmara. O senhor disse, que a Câmara se encontrava a fazer um estudo técnico sobre as implicações da passagem da linha elétrica. Já tem conclusões?-----

-Que tipo de exigências do Concelho irá propor de modo a que as Freguesias afetadas, em especial Fradelos, possam obter contrapartidas?-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor António Reis, agradeço a síntese que fez de quase vinte anos de história em relação a Fradelos, também já agora aproveito para lhe dizer, que matérias como o 2º ciclo, situa-se o 5º e 6º ano, as Extensões de Saúde, ETAR, aterro dos RIB’S, não foram decisões camarárias como o senhor António Reis sabe. -----

-Sobre a questão concreta que me colocou, nessa ocasião disse, que estaríamos a fazer uma avaliação em função de perguntas que fizemos a quem decide. -----

-Como sabe, a decisão de passagem de linha afeta uma parte do Concelho de Famalicão, nomeadamente a Freguesia de Fradelos, e isso justificou em nós preocupação no sentido de querermos perceber as implicações dessa mesma passagem. Não foi a Câmara que fez nenhum estudo técnico, a Câmara fez perguntas para que fossem esclarecidas. As respostas foram obtidas e acreditamos na competência técnica de quem elaborou essas mesmas respostas. Nós não temos dúvidas por ter dúvidas, colocamos perguntas e a seguir fomos esclarecidos, as dúvidas desaparecem. Devo dizer-lhe que essas dúvidas foram ultrapassadas, neste momento estamos esclarecidos em relação ao processo, não vislumbramos danos para pessoas e bens da passagem dessa linha de muita alta tensão, pelo contrário, acreditamos nos enormes benefícios que a mesma trará para a região. Como é óbvio, também é preciso perceber, que para algumas coisas boas aconteçam, temos que estar disponíveis para fazer alguma inovação como é o caso. E portanto, em função disso, não antecipamos nenhum tipo de problema, é óbvio que falar em contrapartidas, significaria falar em danos e lesões, não há propriamente danos nem lesões para que se fale em contrapartidas. Nós não estamos a abdicar de nada por causa da passagem da linha de alta tensão, se estivéssemos a abdicar, a renunciar ou a perder alguma coisa, fazia sentido exigir contrapartidas para equilibrar, nós não estamos a perder rigorosamente nada. A linha passa no Concelho, tem que passar em algum sítio, passa naquele sítio, passa em muitos outros Concelhos desta Região e todos têm tomada posições relativamente a esta matéria. E devo dizer-lhe portanto, não estão em causa, nem negociadas nenhum tipo de contrapartidas, porque repito, não há na nossa opinião, o risco de danos para as populações. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----

E nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada às zero horas e quarenta e oito minutos do dia seguinte.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO-----

-----O SECRETÁRIO-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças. -----

---Documentos referentes aos pontos 2,3,4,5,6,7,8,9,10,11, 12, 13, 14,15 e 16. -----

---Minutas de ata dos pontos 2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15 e 16. -----
